

CONSELHO DE ARQUITETURA
E URBANISMO DA BAHIA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024.1



CAU/BA
Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia

Agosto 2024

O presente Relatório de Gestão Integrado busca oferecer uma visão clara sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia – CAU/BA geram valor público em curto, médio e longo prazos tanto em seu ambiente interno como externo, além de demonstrar os resultados alcançados em face dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Os dados aqui apresentados estão em consonância com as obrigações legais dispostas no art. 70 da Constituição Federal, com a Instrução Normativa (IN) n.º 84/2020, a Decisão Normativa n.º 198/2022 do Tribunal de Contas da União (TCU) e com a Resolução CAU/BR n.º 200/2020. Dessa forma, busca simplificar e racionalizar o processo de prestação de contas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia.



Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia - CAU/BA

Órgão: Autarquia Federal

Sede: Av. Tancredo Neves, 1632, Salvador Trade Center,
Sala 2108 CEP 41820-000 Salvador-BA

CNPJ: 15.158.665/0001-03

CNAE 9412001

Tel: (71) 99407-4790 | 99128-3811

Site: www.cauba.gov.br

INFORMAÇÕES INICIAIS

- 04 - Lista de Abreviaturas e Siglas
- 05 - Mensagem do Presidente
- 06 - Apresentação do Relatório de Gestão
- 07 - CAU/BA em Números

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE EXTERNO

- 09 - Identidade Organizacional
- 10 - Modelo de Negócio
- 11 - Organograma
- 12 - Estrutura Organizacional
- 13 - Atribuições de Dirigentes e Colegiados
- 14 - Atribuições de Cargo de Gestão
- 15 - Canais de Comunicação e Acesso ao Cidadão

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

- 17 - Controles Internos

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

- 19 - Sistemas de Governança
- 20 - Mapa Estratégico
- 21 - Alocação de Recursos
- 22 - Resultados
- 23 - Objetivos Estratégicos

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

- 45 - Gestão Orçamentária e Financeira
- 48 - Gestão de Custos
- 49 - Gestão de Pessoas
- 50 - Gestão Patrimonial
- 51 - Gestão de Compras e Processos Licitatórios

ANEXOS, APÊNDICES E LINKS

- 53 - Links Importantes
- 54 - Homologação da Prestação Contas - Núcleo de Contabilidade CAU/BR

ATHIS: Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social

CAU/BA: Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia

CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CAU/UFs: Conselho de Arquitetura e Urbanismo das Unidades Federativas

COA: Comissão de Organização e Administração

CED: Comissão de Ética e Disciplina

CEF: Comissão de Ensino e Formação

CEP: Comissão de Exercício Profissional e Fiscalização

CPFI: Comissão de Planejamento e Finanças

CEPAU: Comissão de Políticas Especiais para Arquitetura e Urbanismo

CRM: Customer Relationship Management ou Gerenciamento de Relacionamento com o Cliente

MEC: Ministério da Educação

Fundo de Apoio: Repasse feito aos CAU/UF's menores, para garantir sustentabilidade financeira

RAL: é o resultado da soma das Receitas de arrecadação subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio.

RRT: Registro de Responsabilidade Técnica

IIA: The Institute of Internal Auditors

RI: Regimento Interno.



TIAGO BRASILEIRO
Presidente do CAU/BA
Gestão 2024 - 2026

Uma jornada de transformação para a Arquitetura e o Urbanismo na Bahia

É com grande satisfação que, na condição de presidente eleito para representar o Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia para o mandato 2024-2026, apresento à sociedade o primeiro relatório semestral de atividades desenvolvidas pela nova gestão.

Neste primeiro semestre à frente desta importante instituição, tivemos a oportunidade de dar início a uma nova fase, marcada por um firme compromisso com a

excelência, a transparência e a valorização da nossa profissão; uma jornada de transformação, com o objetivo de construir um futuro mais promissor para os profissionais e para a sociedade baiana.

Iniciamos esse percurso com a firme convicção de que a arquitetura e o urbanismo são ferramentas poderosas para transformar a vida das pessoas e construir cidades mais justas e inclusivas. Para isso, estamos dedicados a fortalecer a instituição, valorizar os profissionais e colaborar na promoção do desenvolvimento sustentável do estado.

Nesse sentido, apoiamos a realização de eventos técnicos, com pautas de fomento à disseminação da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS), à difusão de diferentes técnicas construtivas e de fortalecimento da área de acústica, em cumprimento ao papel institucional do CAU/BA de incentivar a atualização profissional e a troca de conhecimentos.

Em estrito exercício da legitimidade conferida ao CAU/BA, atuamos corajosa e enfaticamente com o intuito de assegurar o cumprimento das legislações urbanísticas em Salvador, em defesa do meio ambiente, do patrimônio comunitário e do interesse público, através de Ações Cíveis Públicas de repercussão nacional interpostas pela Procuradoria Jurídica do Conselho, logrando êxito ao precípuo propósito de proteger o patrimônio natural e paisagístico da cidade e dos cidadãos, pugnando pelas boas práticas em planejamento urbano.

Implementamos o Programa de Benefícios para Arquitetos e Urbanistas, reconhecendo a importância de investir no bem-estar da nossa categoria. Acreditamos na capacidade de fortalecer a missão institucional através de iniciativas de reconhecimento e valorização dos profissionais, uma contrapartida desejada, justa e merecida.

Com o objetivo de otimizar os processos internos e garantir mais eficiência e transparência, adotamos novas tecnologias para a gestão documental e a produção de processos administrativos, cumprindo os princípios basilares da Administração Pública. Além disso, criamos a Comissão Temporária de Comunicação e Eventos, demonstrando nossa preocupação em fortalecer a comunicação e a divulgação das nossas ações, estruturando mecanismos e ações que aproximem os arquitetos e urbanistas do Conselho.

Em âmbito nacional, integramos as Câmaras Temáticas de Patrimônio e de Empreendedorismo, criadas pelo CAU/BR com a finalidade de ampliar o debate sobre as áreas. Estamos ativamente presentes na Comissão Especial de Políticas Afirmativas (CPA), com a participação do nosso Conselheiro Federal, Neilton Dórea, como membro titular da comissão, contribuindo para a construção de políticas públicas mais adequadas para a categoria. Estamos, ainda, participando de forma direta no processo de atualização do Plano de Fiscalização, com a atuação do Conselheiro e coordenador da Comissão de Exercício Profissional e Fiscalização, Marcelo Ferreira. A aproximação com o meio acadêmico também foi intensificada, através da realização de palestras e outras ações que visam incentivar a formação de novos profissionais e promover o debate sobre temas relevantes.

Para estimular a produção de arquitetura e urbanismo em diversos formatos, estamos debruçados na elaboração de uma nova norma regulamentadora das concessões de apoio institucional, profissionalizando a atuação do Conselho nesse viés e buscando efetivar uma atuação mais capilarizada em todo o estado, reconhecendo as singularidades de cada região.

A arquitetura e o urbanismo são disciplinas que têm o poder de transformar a vida das pessoas e construir mais igualdade para os cidadãos. Exercer

a profissão com ética e responsabilidade é o único caminho capaz de contribuir para a construção de um futuro melhor para todos. O desejo genuíno por um futuro promissor para a Arquitetura e Urbanismo na Bahia tem sido cultivado na assertividade que norteia cada debate, reflexão e decisão tomada no presente, explicitando o compromisso dos conselheiros que compõe a atual gestão, em torno da colaboração e trabalho coletivo. O Plenário do CAU/BA tem consciência de que as transformações começam aqui e agora.

Estamos apenas no início de uma nova jornada. Tenho absoluta certeza de que, com o trabalho de todos, o CAU/BA se consolidará como uma instituição de referência na defesa dos interesses da arquitetura e do urbanismo na Bahia. Uma gestão democrática, participativa e transparente está sendo semeada. O propósito é consolidar o CAU/BA como uma instituição forte, articuladora e protagonista. Este é o nosso dever. Este é o nosso compromisso.

Criado em 2010 pela Lei nº 12.378, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU/BA) completou 11 anos trabalhando para garantir a qualidade da arquitetura e do urbanismo em todo o estado. Nossa missão é orientar, fiscalizar e defender os interesses dos arquitetos e urbanistas, zelando pela ética e pela qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Dentre os inúmeros desafios de um órgão em desenvolvimento, garantir que a sociedade tenha cada vez mais acesso a projetos e obras seguras e de qualidade e difundir o papel do profissional de Arquitetura e Urbanismo representam o potencial transformador da atuação do Conselho. As pessoas e as cidades precisam de arquitetos e urbanistas.

A fim de garantir a ampliação do alcance, o CAU/BA tem buscado intensificar suas ações de fiscalização e orientação, promovendo uma relação mais próxima entre os profissionais e a sociedade nos últimos anos. Também têm sido relevantes as estratégias implementadas para que as demandas da população sejam atendidas, sobretudo na Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS).

Um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável perpassa pelo equilíbrio entre o crescimento econômico e a qualidade de vida da população. O CAU/BA, ao fortalecer a atuação dos arquitetos e urbanistas, contribui para a construção de cidades mais humanas, acessíveis e resilientes. O objetivo do CAU/BA é se consolidar como um parceiro estratégico para o desenvolvimento da Bahia, reafirmando seu compromisso com a ética, a qualidade e a transformação social através da arquitetura e do urbanismo.



Reunião Plenária Ordinária

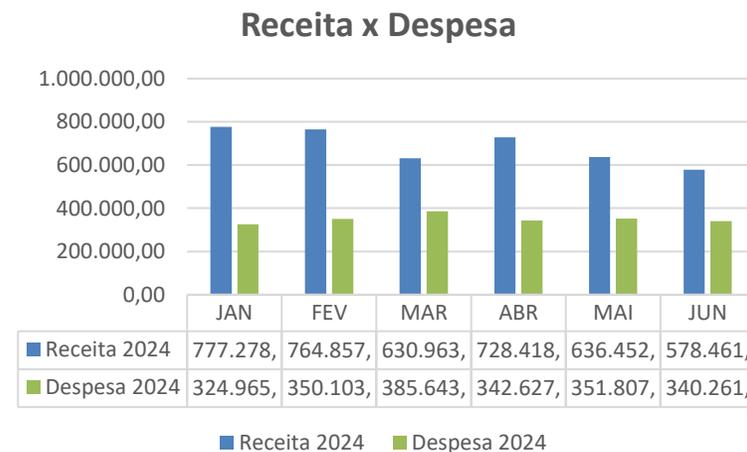
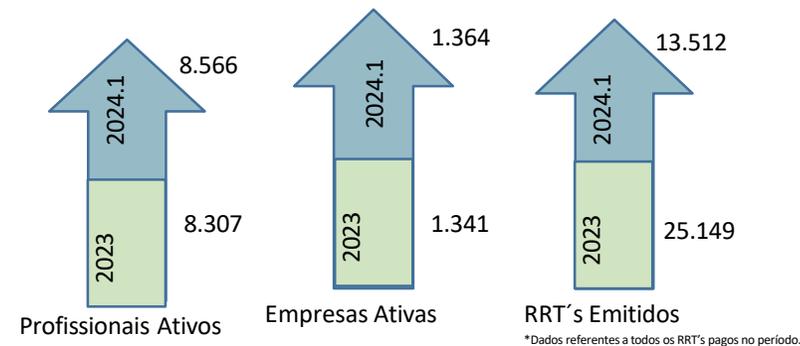
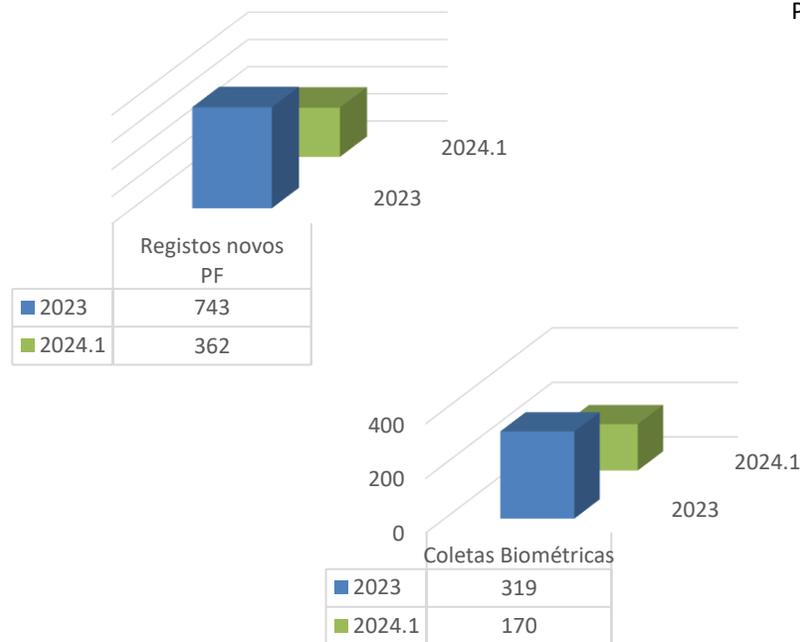
Cenário

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia apresentou um desempenho sólido no primeiro semestre de 2024, com indicadores positivos que demonstram a vitalidade da profissão no estado. Ao todo, 8.566 arquitetos e urbanistas encontravam-se ativos no período, um número expressivo que reflete o crescimento da categoria.

A emissão de novos registros profissionais também foi significativa, com 362 novos arquitetos e urbanistas obtendo suas habilitações. Este número representa 48,72% do total de novos registros concedidos em 2023, um índice que demonstra a constante renovação da força de trabalho no Estado da Bahia, oriunda do aumento de turmas concluintes de novos cursos de Arquitetura e Urbanismo credenciados e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC). Além disso, foram realizadas 170 coletas biométricas, um procedimento fundamental para a atualização cadastral e emissão de carteiras de identidade profissionais.

O aumento no número de profissionais tem potencial de representar um avanço importante para o desenvolvimento de uma cidadania mais igualitária. Uma maior oferta de arquitetos e urbanistas contribui para a democratização do acesso a projetos de qualidade, especialmente em áreas mais carentes. A ampliação do número de profissionais também pode impulsionar a inovação no setor, com a introdução de novas tecnologias e soluções para os desafios urbanos.

É importante ressaltar que o crescimento da categoria exige um acompanhamento constante por parte do CAU/BA, com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados e a valorização profissional. A fiscalização do exercício profissional e a oferta de capacitações são ações essenciais para fortalecer a atuação dos arquitetos e urbanistas baianos.



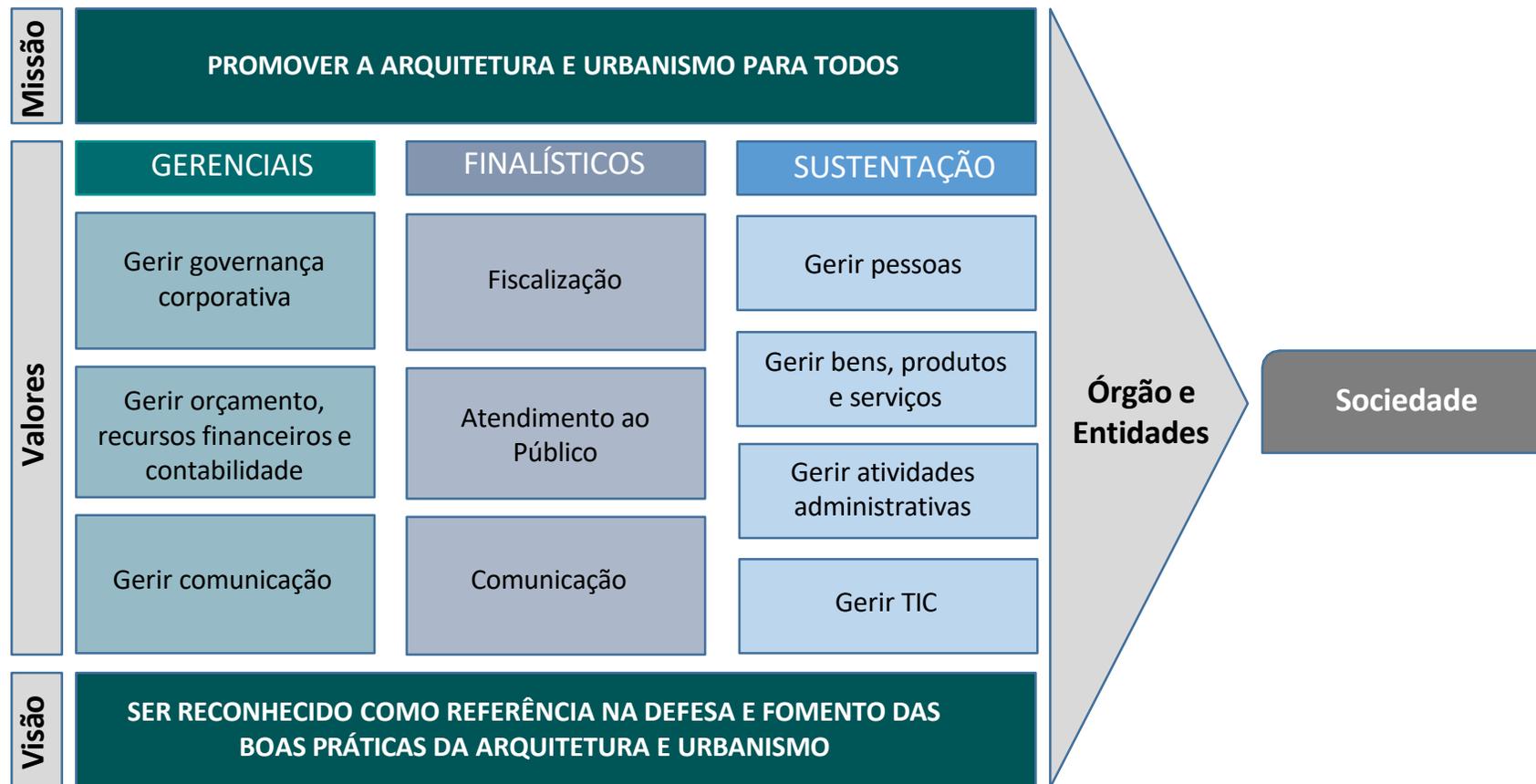


VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

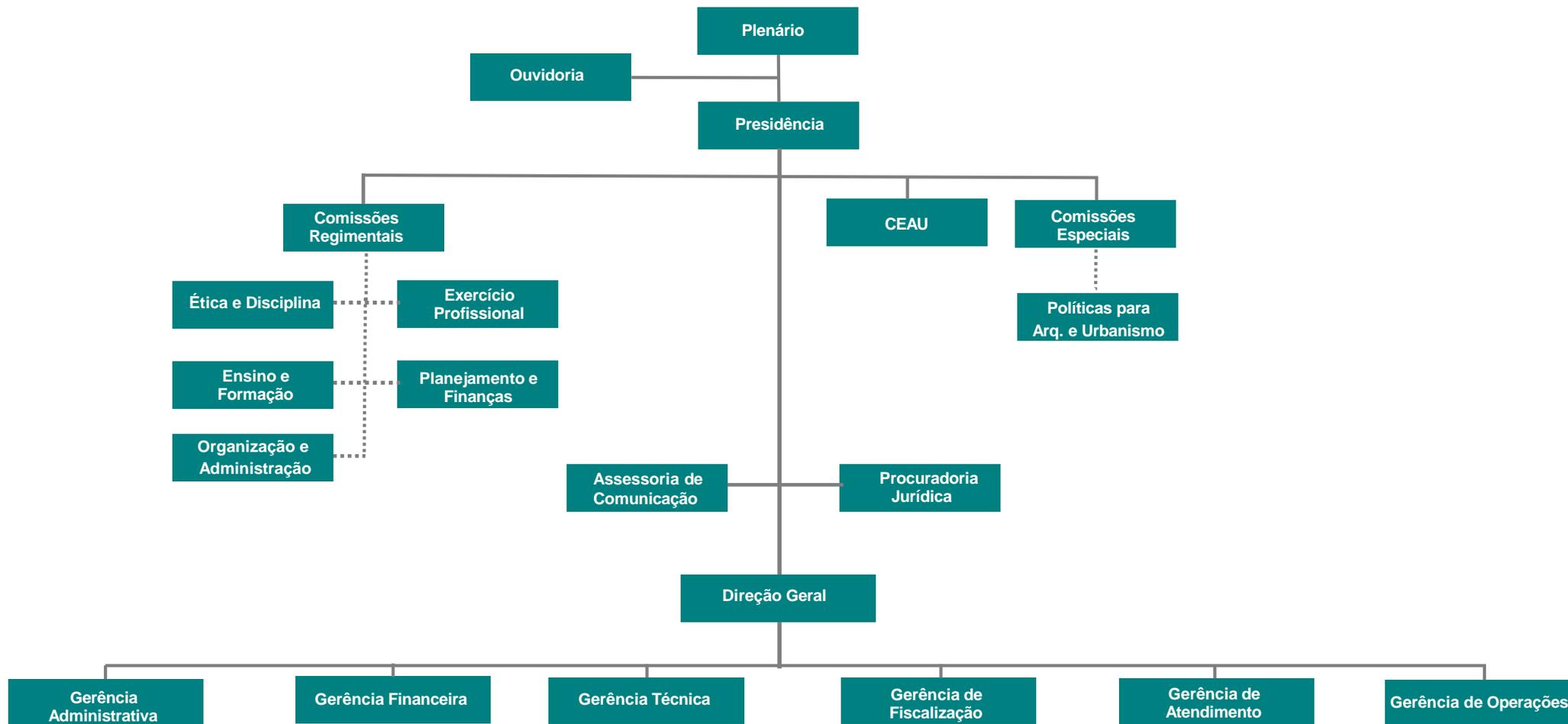
Cadeia de Valor

O CAU/BR e os demais CAU/UF's são autarquias interdependentes e dotadas de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e estrutura federativa.

Criado pela Lei Federal nº 12.378/2010, tem como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e Urbanismo.







Comissões Ordinárias

ENSINO E FORMAÇÃO

- Maria Gleide Santos Barreto
- Valdinei Lopes Do Nascimento
- Yan Graco Dantas Cafezeiro
- Levi Silva Batista Pessoa
- Rafael Monteiro Bittencourt

ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

- Antônio Sergio Cruz Teixeira
- Denise Marques da Silva
- Marcio Cardoso Barreto
- Moisés Torres da Silva

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- Moises Torres da Silva
- Ernesto Regino Xavier de Carvalho
- Antônio Sergio Cruz Teixeira
- Thiago Pedroso

EXERCÍCIO PROFISSIONAL E FISCALIZAÇÃO

- Marcelo Silva Ferreira
- Joaquim Gonçalves – Renunciou em 25.04.2024
- Ernesto Regino Xavier de Carvalho
- Armando Freire Branco – Suplente de Joaquim Gonçalves que assumiu a titularidade

ÉTICA E DISCIPLINA

- Valdinei Lopes do Nascimento
- Claudia Maria Biglia
- Denise Marques da Silva

Comissões Especiais

POLÍTICAS PARA ARQUITETURA E URBANISMO

- Thiago Pedroso
- Claudia Maria Biglia
- Denise Marques da Silva

PLENÁRIO

Deliberar ações do Conselho para regulamentar e executar a aplicação da Lei Federal nº 12.378/2010; sobre o exercício, a disciplina e a fiscalização da profissão

PRESIDÊNCIA

Decidir assuntos administrativos, financeiros, institucionais relacionadas ao Conselho, observando disposições legais vigentes e as decisões emanadas do Plenário. Representar o Conselho institucionalmente em reuniões, órgãos e eventos

VICE PRESIDÊNCIA

Substituir o Presidente em caso de ausência e o auxilia na condução de determinadas tarefas. Representa a autarquia de forma institucional quando solicitado pelo Presidente

CONSELHO DIRETOR

Examinar, apreciar e deliberar sobre o funcionamento do Conselho entre uma plenária e outra. Dessa forma, fortalecendo a relação entre a Presidente e o Plenário, integrando as comissões e auxiliando nos atos relativos ao exercício da Presidência

TESOURARIA

Decide e autoriza as atividades institucionais do Conselho.

COMISSÕES ORDINÁRIAS

Auxiliar o Plenário no desenvolvimento de atividades contínuas e relacionadas a um tema específico, de caráter legal, técnico, administrativo e financeiro

COMISSÕES ESPECIAIS

Auxiliar o Plenário no desenvolvimento de atividades temporárias relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico, administrativo e financeiro por período determinado

CEAU

Discutir e propor melhorias para o exercício e formação profissional

GERÊNCIA GERAL

Assessoria, planeja e acompanha as atividades e ações estratégicas emanadas pela Presidência, Plenário e Comissões no desenvolvimento de atividades.

PROCURADORIA JURÍDICA

Auxiliar o Plenário, a Presidência, o Conselho Diretor, as comissões, gerências e coordenações em questões jurídicas e legais.

GERÊNCIA FINANCEIRA

Estabelecer e gerenciar os processos financeiros em áreas como pagamentos, orçamento, planejamento estratégico, cobranças, contabilidade, prestação de contas e transparência, garantindo o equilíbrio econômico e financeiro.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

Propor e gerenciar as ações e processos na área administrativa, de forma a assegurar as políticas de gestão de pessoas, processos de compras, fornecimento de materiais, serviços e contratos de parcerias.

GERÊNCIA OPERACIONAL

Estruturar a área de, com atividades direcionadas à responsabilização do(a) Arquiteto(a) e Urbanista diante de condutas que ferem o Código de Ética Profissional..

GERÊNCIA TÉCNICA

Estruturar a área de cadastro de registro de PJ, cessões técnicas e serviços.

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

Estruturar a área de Fiscalização, combatendo o exercício ilegal da profissão.

GERÊNCIA DE ATENDIMENTO

Estruturar a área de cadastro de PF, o atendimento e a comunicação dos serviços e das atividades permanentes ou temporárias.

SECRETARIA DA PRESIDENCIA

Auxiliar a Presidência e o Plenário no desenvolvimento das atividades permanentes ou temporárias, fazendo cumprir as decisões do Plenário.

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Propor e gerenciar as ações de comunicação para o órgão.

Portal da Transparência

De acordo com a Lei nº 12.527/2011, de Acesso a Informação (LAI), o CAU/BA possui um Portal de Transparência onde é possível acessar variados dados e informações.

Todas as informações são publicadas no Portal da Transparência, na medida em que as instâncias apreciam e as aprovam. O Portal da Transparência do CAU/BA <https://cauba.gov.br/portal-da-transparencia/> busca permitir ao cidadão o acesso transparente e integral a informações diversas sobre o Conselho.

A Lei de Acesso a Informação normatiza os artigos 5º e 37º da Constituição Federal, estabelecendo que todas as informações referentes a qualquer entidade pública sejam disponibilizadas na internet, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos.

Canais de Atendimento



- Presencial
Av. Tancredo Neves 1632, Salvador
Trade Center, sala 2108



- Atendimento
(71) 99128-3811 / (71) 99407-4790
- Gerência Técnica
(71) 99128-4553
- Fiscalização
(71) 99128-5174
- Sec. Presidência
(71) 99128-7259
- Gerência Financeira
(71) 99128-6084



- E-mail
atendimento@cauba.gov.br



- Chat
www.cauba.gov.br



- Ouvidoria
<https://www.caubr.gov.br/ouvidoria/>



- Instagram
[@caubahiaoficial](https://www.instagram.com/caubahiaoficial)



- Facebook
[@caubahia](https://www.facebook.com/caubahia)



- Youtube
CAU/BA oficial

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Unidade de Auditoria Interna

O CAU/BA ainda não possui uma Unidade de Auditoria Interna, mas a Comissão de Planejamento e Finanças (CPF) faz o papel de verificação das contas, aponta sugestões, observações e apontamentos sobre todas as contas (janeiro a dezembro), orçamento anual, Plano de Ação, transposições e acompanhamento da execução orçamentária. Da mesma forma, analisa e aprova o Relatório de Gestão Integrado, prestação de contas mensais e trimestrais.

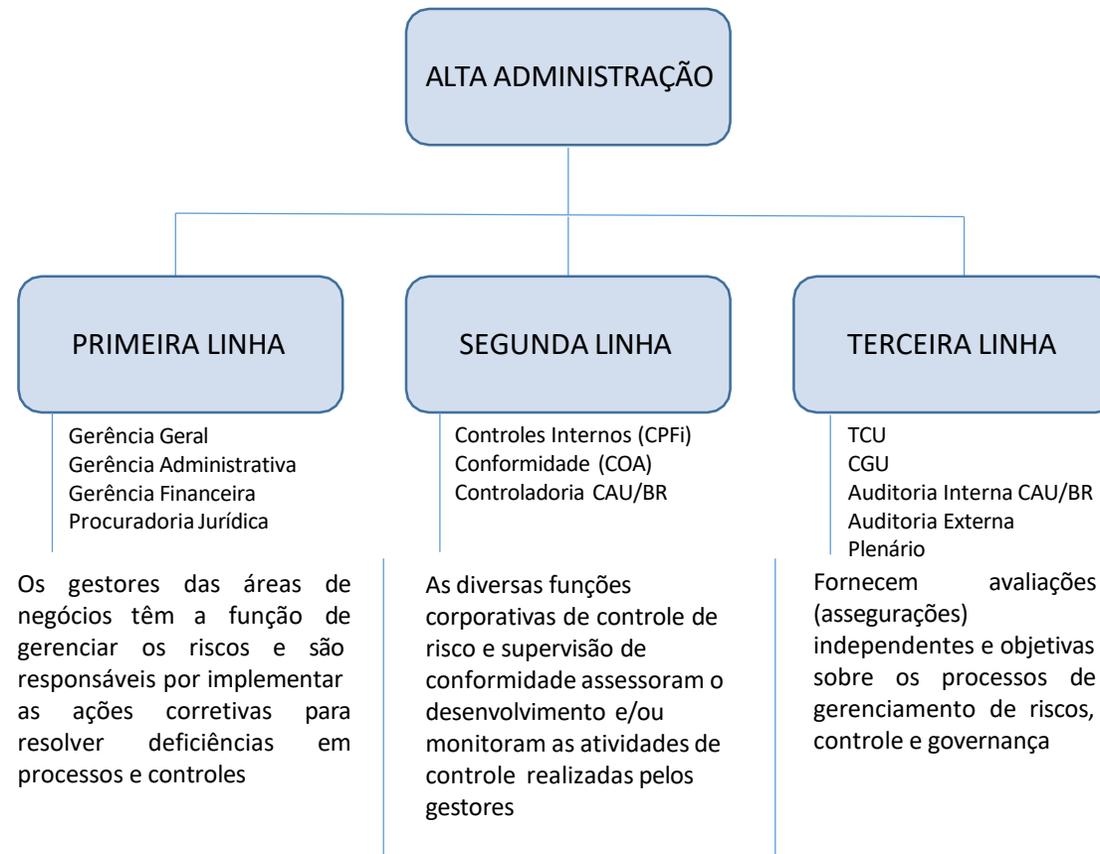
Auditoria Externa Independente

O CAU/BA é auditado anualmente por empresa de auditoria externa independente, para fazer a análise e emitir parecer sobre a prestação de contas anual do exercício de 2024 em 2025/(IIA, 2020).

Além da auditoria independente, as prestações de contas financeiras, contábeis e patrimoniais do CAU/BA são auditadas pelo CAU/BR durante todo o exercício, com emissão de parecer de homologação das contas apresentadas.

Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos e Controles Internos no âmbito do CAU abrange questões estratégicas, riscos e ameaças, com acompanhamento da execução do Plano de Ação e abordagem como a das *Três Linhas de Defesa* (IIA, 2013). Desta forma o CAU/BA, conta com os seguintes grupos de responsáveis envolvidos com o gerenciamento de riscos:



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

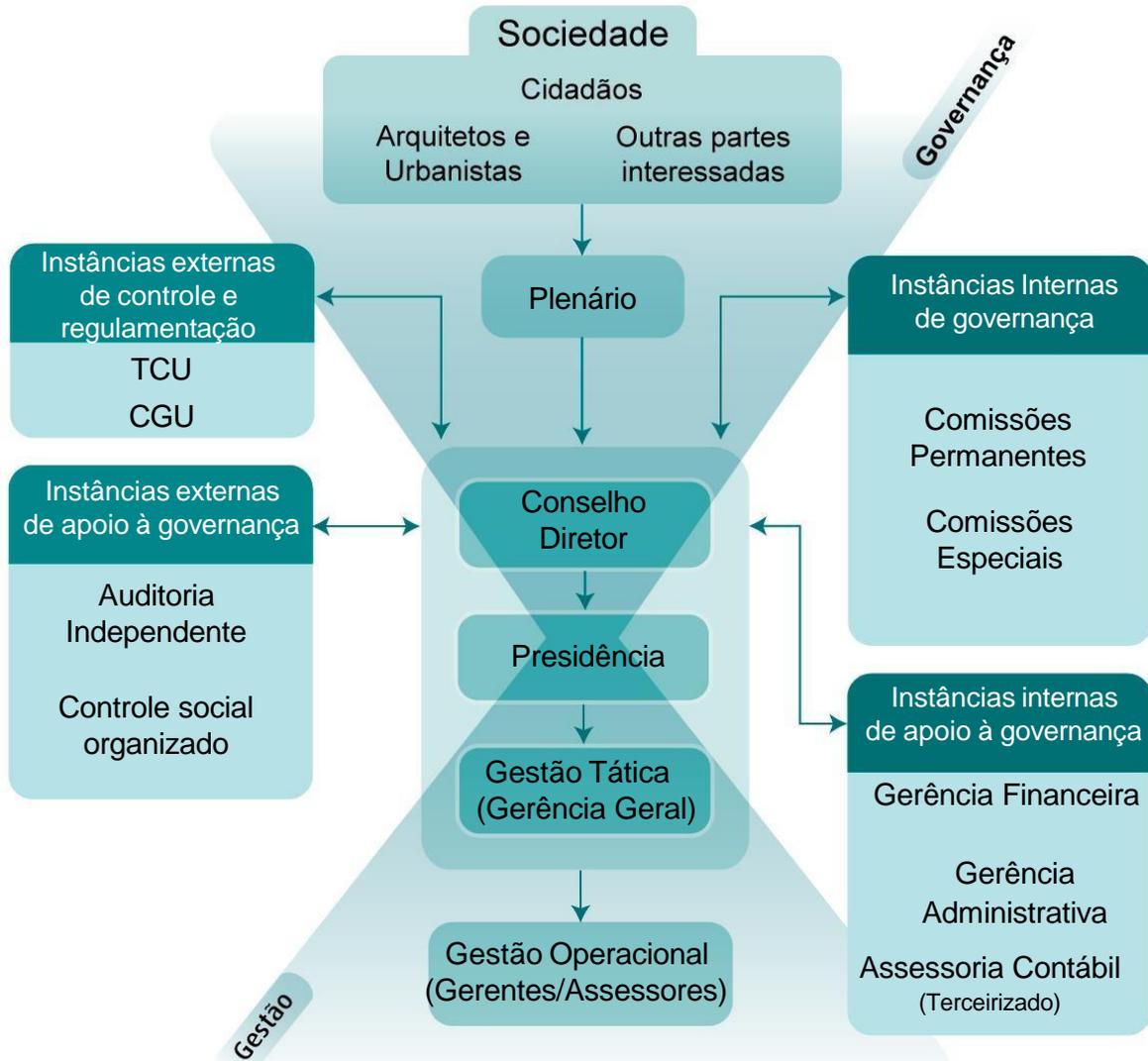


Figura: Sistema de Governança do CAU/BA

Mediante Portaria Presidencial CAU/BR foi criado um grupo de trabalho para atuar nas ações de estruturação e implantação das políticas de governança institucional e de gestão de riscos e controles internos e de programa de integridade.

A Portaria Normativa nº122, de 1º de setembro de 2023, dispõe sobre a institucionalização da Governança no âmbito do CAU/BR, atuando como norma orientativa para todo o sistema autárquico.

Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos.

A estrutura de governança, extensível aos CAU estaduais, foi identificada dentro dos preceitos contidos no Referencial Básico de Governança, 3ª edição, expedido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme segue.

Estrutura de Governança do CAU

I. Instâncias externas:

- TCU
- CGU

II. Instâncias externas de apoio:

- Auditoria independente contratada pelo CAU/BR
- Controle social organizado
- Fórum de Presidentes

III. Instâncias internas:

- Plenário
- Conselho Diretor
- Colegiado de Governança do Centro de Serviços Compartilhados do CAU (CSC-CAU)
- Colegiado de Governança do Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF

IV. Instâncias internas de apoio:

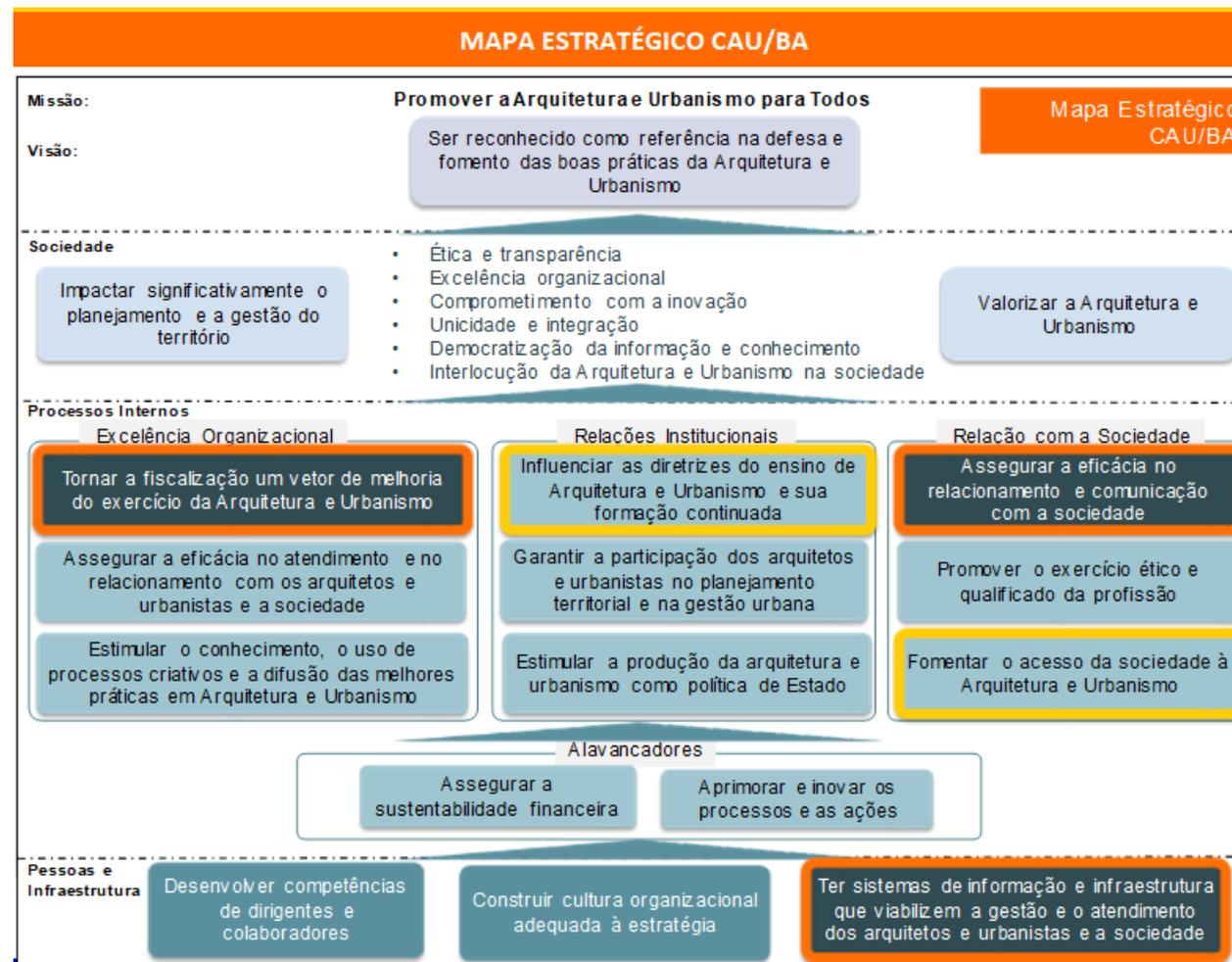
- Comissão de Finanças do CAU/BA
- Controladoria do CAU/BR
- Auditoria interna do CAU/BR
- Ouvidoria do CAU/BR

O Mapa Estratégico do CAU abrange o horizonte de planejamento do órgão, procurando estabelecer as bases para um Conselho transparente, inovador e financeiramente sustentável.

Neste sentido, o mapa está estruturado por meio de objetivos estratégicos distribuídos nas perspectivas do negócio, interligados por relações de causa e efeito.

O CAU/BR estabeleceu que os objetivos estratégicos nacionais que devem ser trabalhados no Planos de Ação de cada CAU/UF em 2024 são: fiscalização, comunicação e ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade.

Por sua vez, o CAU/BA escolheu outros dois objetivos locais para serem também trabalhados em seu Plano de Ação que são: ensino e fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo.



Os objetivos nacionais são os que estão marcados com fundo verde escuro e os objetivos locais são os que estão marcados em amarelo

O planejamento estratégico é um processo sistêmico que permite definir o melhor caminho a ser seguido por uma organização para atingir um ou mais objetivos estratégicos, dentro de um contexto previamente analisado dos cenários, definindo-se metas e ações que permitirão chegar onde se deseja.

A Identidade Organizacional do sistema CAU é composta pela Missão, Visão e Valores; bem como por Objetivos Estratégicos Nacionais e Locais estabelecidos para um período de dez anos. O Planejamento Estratégico CAU sedimenta as bases de um Conselho com excelência organizacional, transparente, inovador e financeiramente sustentável, para servir à sociedade, assegurando eficácia

no atendimento aos profissionais e às empresas do setor no estado, comprometido com a qualidade e a modernidade.

O mapa estratégico em 2024 do CAU/BA, tem seus pilares fundamentados na identidade estratégica do CAU/BR e se relaciona com os 14 objetivos estratégicos definidos.

A tabela abaixo demonstra os limites estratégicos mínimos e máximos estabelecidos pelas diretrizes do CAU/BR, valores previstos e executados entre aqueles objetivos estratégicos obrigatórios (nacionais) e os escolhidos pelo CAU/BA (locais) para trabalhar em seu Plano de Ação de 2024.

A proposta para as metas dos indicadores e dos objetivos estratégicos locais tem como base as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do CAU/BA.

Todo o detalhamento dos objetivos estratégicos nacionais e locais estão exibidos no decorrer deste relatório.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS NACIONAIS			OBJETIVOS LOCAIS	
	Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo	Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade	Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade	Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada	Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo
LIMITES ESTRATÉGICOS	Mínimo de 25% da RAL	Mínimo de 3% da RAL		Mínimo de 6% da RAL	
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	3	1	1	5	1
VALOR PREVISTO	901.361,85	943.480,72	5.440.000,00	86.700,00	270.000,00
VALOR EXECUTADO	432.152,52	210.224,60	0,00	20.018,49	0,00

O primeiro semestre de 2024 foi marcado por avanços significativos na gestão do CAU/BA, demonstrando um compromisso com a eficiência, a transparência e a otimização dos recursos públicos.

Com o intuito de modernizar a gestão, elaboramos e aprofundamos um plano de trabalho estratégico, categorizado por eixos prioritários, alinhados com as diretrizes da gestão pública e com os anseios da classe profissional. Essa ferramenta nos permitirá otimizar recursos, direcionar esforços para projetos de alto impacto e acompanhar os resultados de forma mais eficaz.

Além disto, estamos em processo de revisão e atualização de portarias normativas e demais atos, com foco na garantia de maior segurança jurídica, transparência e alinhamento com a legislação vigente. Essa iniciativa contribui para a modernização da gestão e para a otimização dos processos internos.

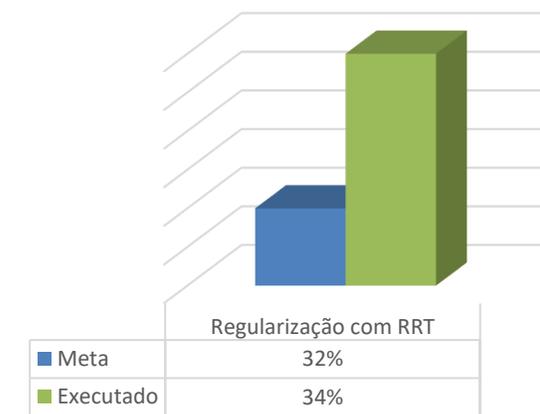
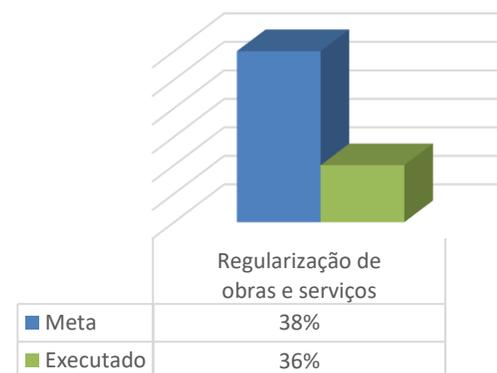
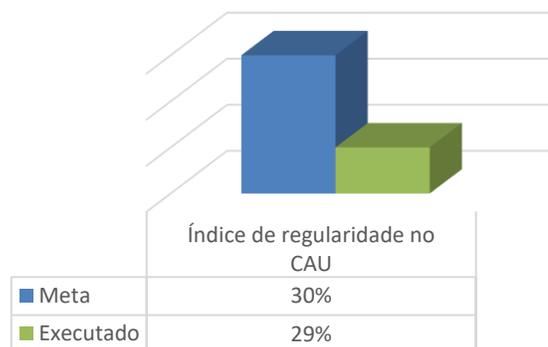
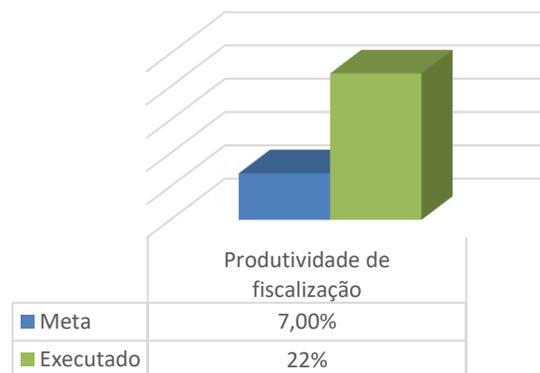
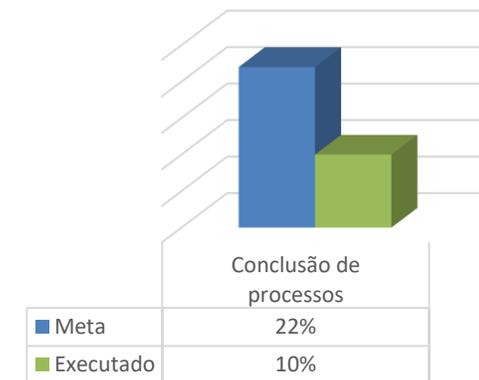
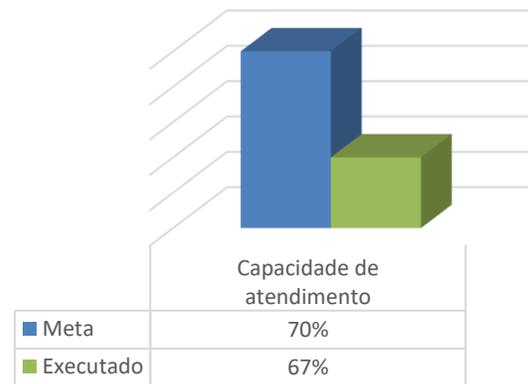
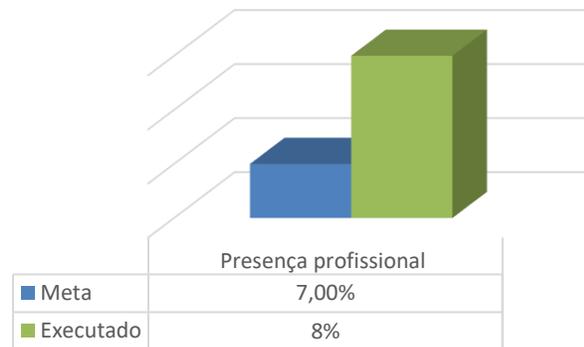
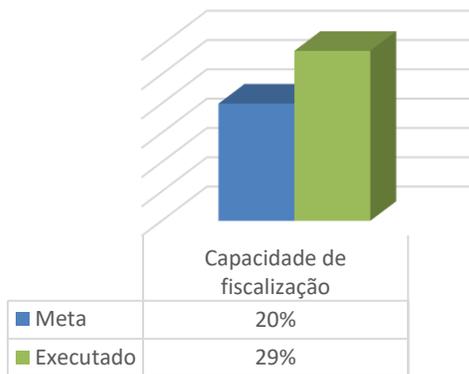
Destaque também para o trabalho de mapeamento detalhado dos processos, procedimentos e fluxos de trabalho, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria e garantir a segurança e a eficiência das nossas ações.

As relações interinstitucionais estão sendo intensificadas, estabelecendo novas parcerias e fortalecendo as já existentes. Essa estratégia nos permite ampliar nossa atuação, fortalecer a defesa da Arquitetura e Urbanismo e promover a valorização da profissão.

As ações implementadas neste primeiro semestre são investimentos em uma proposta de amadurecimento organizacional, visando adotar as melhores práticas de gestão pública ao CAU/BA e alavancar os resultados, entregas e reconhecimento da qualidade dos serviços prestados aos arquitetos e urbanistas e à sociedade.



Indicadores de Desempenho



No primeiro semestre de 2024, o CAU trabalha na elaboração do plano estratégico de fiscalização, documento que visa tornar a fiscalização mais eficiente, com desenvolvimento de ações inteligentes, e através de aprimoramento do planejamento e acompanhamento de resultados. As ações de fiscalização realizadas pelo CAU/BA, em conformidade com a Resolução CAU/BR nº 198 se dividem em educativas, preventivas, corretivas e, por fim, punitivas.

Em 2023, o CAU/BA manteve atuação diante de editais de licitação, concursos públicos e processos seletivos em desconformidade com as legislações e resoluções vigentes. A partir da triagem de denúncias mais qualificadas e direcionadas, é possível a identificação de irregularidades e impugnação por parte do conselho, com menor utilização de recursos, e com ação estratégica direcionada, cumprindo-se as atribuições finalísticas da autarquia.

Diante de excelentes resultados obtidos, o conselho mantém o foco em uma fiscalização mais eficiente, com verificação de empresas em todo o estado a partir de lista de empresas cadastradas obtida através da JUCEB - Junta Comercial da Bahia. Com o objetivo de coibir o exercício ilegal da profissão, empresas ativas com atividades de arquitetura e urbanismo não registradas no CAU foram notificadas para regularização. Permanece também a vigilância da participação dos responsáveis técnicos em empresas já registradas no conselho, bem como conformidades nas emissões dos diversos tipos de RRT.

O CAU/BA também segue demonstrando a relevância de desenvolver ações educativas, como realização de palestras para estudantes, a exemplo da palestra ministrada na disciplina Desafios para a Construção Civil dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, a convite da Faculdade SENAI/CIMATEC, e com participação em eventos, como a Expo Unifacs, visando alcançar estudantes com informações acerca do exercício profissional e ética e disciplina na arquitetura e urbanismo.

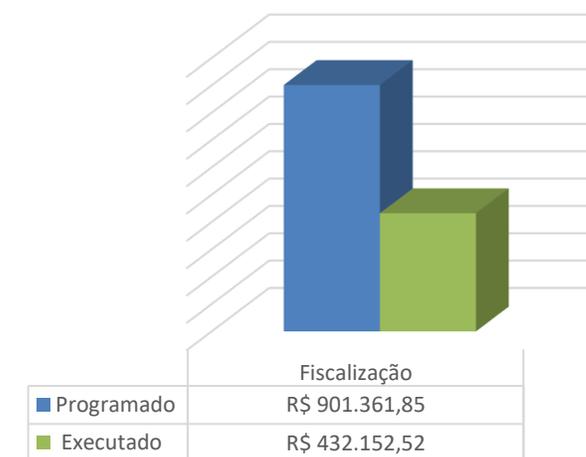
Em ação especial para o Carnaval, a equipe de fiscalização verificou nos camarotes e praticáveis a presença do responsável técnico para cada atividade relacionada à arquitetura e urbanismo, a exemplo de projeto e execução de edifícios efêmeros ou instalações efêmeras, projeto arquitetônico, projeto e execução de diversas estruturas, projeto e execução de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio, instalações hidrossanitárias, sonorização e luminotécnica.

Além desta vertente, o CAU/BA atuou atentamente na fiscalização da plataforma elevada que foi construída para acomodar os vendedores ambulantes do circuito Barra-Ondina, participando ativamente das rodadas de conversa e visitas técnicas no local junto aos outros órgãos fiscalizadores.

Eventos	
Palestra para Disciplina “Desafio da Construção Civil” do curso de Arquitetura e Urbanismo do SENAI/CIMATEC	01

Ações de Fiscalização 2024.1	
Impugnação de edital	1
Notificações preventivas	57
Relatórios de fiscalização	86
Denúncias	52

Atendimento fiscalização 2024.1	
Atendimentos Presenciais	13
E-mails	26
Atendimentos telefônicos / Whatsapp	78



No 1º semestre de 2024, foram registrados 17.792 RRTs, sendo que 13.512 foram RRTs iniciais, que têm custo para os profissionais (exceto os RRTs Derivados) e 4.280 RRTs Retificadores, que são sem custo. Pode-se observar que o percentual de RRTs retificadores é de 31,67 % em relação ao total de RRTs iniciais.

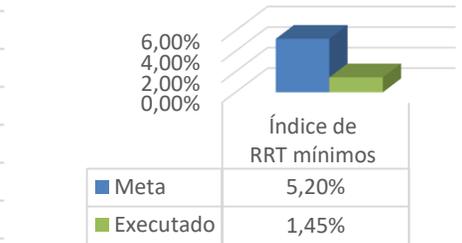
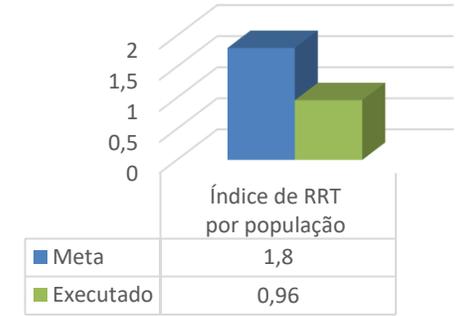
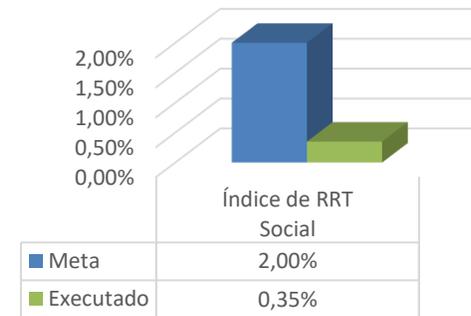
Considerando o quantitativo de 8.566 profissionais ativos no final do 1º semestre de 2024, o índice de RRTs iniciais por profissional ativo é de 1,58 RRT/prof. ativo até o momento. Em comparação ao índice de 3,03 RRTs /prof. ativo, referente ao período de todo o ano de 2023, nota-se uma tendência de estabilidade deste índice.

Conforme Censo de 2022 (dados do IBGE), a população do estado da Bahia é de 14.141.626 pessoas. Dessa forma, o índice de RRTs iniciais para cada 1.000 habitantes é de 0,96 RRT/1000 hab. Logo, podemos inferir que há uma má distribuição dos serviços no âmbito da Arquitetura e Urbanismo perante à população baiana, possivelmente devido à desigualdade social.

O RRT Social é o registro utilizado única e exclusivamente para atividades de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS)

ou para moradia de famílias de baixa renda, mesmo que não vinculadas a nenhum programa. O índice de apenas 0,35% de RRTs Sociais emitidos em relação ao total de RRTs iniciais emitidos demonstra um pequeno percentual de atividades de interesse social no estado. Da mesma forma, o índice de apenas 1,45 % de RRTs Mínimos também demonstra um pequeno índice de atividades de projeto e execução para áreas de até 70 m2.

Assim, os índices citados acima refletem os problemas sócio-econômicos causadores ou decorrentes da concentração de renda, ratificando a necessidade de incremento dos programas de ação social e assistência técnica destinados à população de baixa-renda.



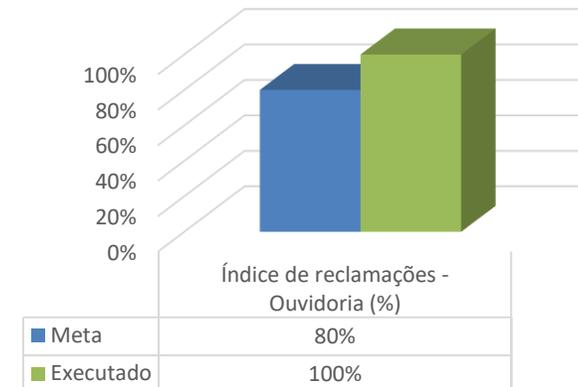
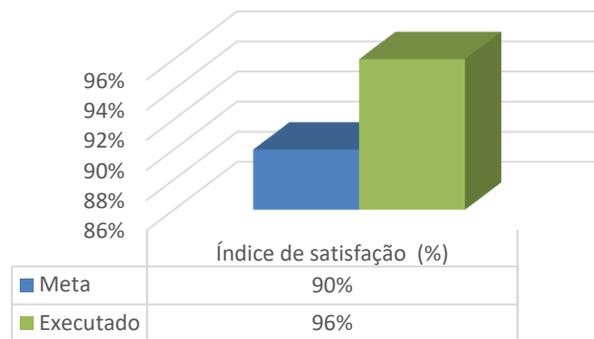
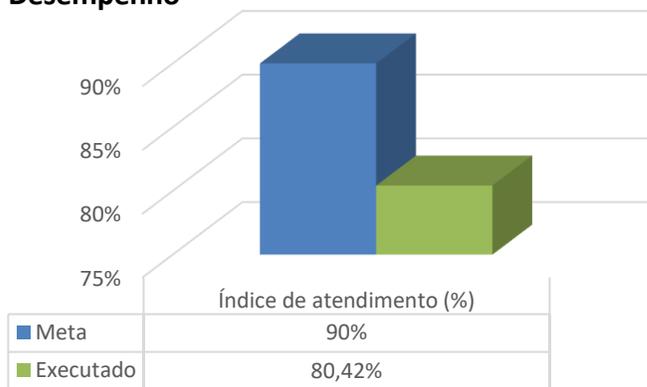
Durante todo o primeiro semestre de 2024, o CAU/BA esteve representado no Conselho das Cidades (ConCidades), um órgão colegiado deliberativo e consultivo do Ministério das Cidades, responsável por tratar da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

Entre as atribuições do ConCidades estão propor diretrizes, programas, normas, instrumentos e prioridades; acompanhar e avaliar a execução da PNDU; deliberar sobre a implementação do Estatuto da Cidade e demais legislações da política urbana; e contribuir para a formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos no âmbito da política urbana.

Nesse contexto, o CAU/BA tem atuado para provocar reflexões sistêmicas e fomentar políticas de Estado relacionadas à Arquitetura e ao Urbanismo.



Indicadores de Desempenho

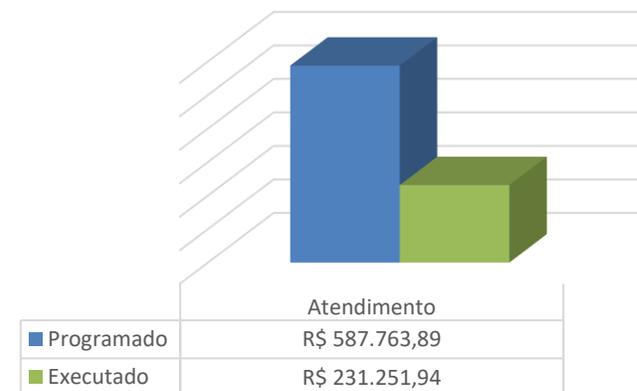


O Atendimento ao Público do CAU/BA representa o primeiro ponto de contato entre o Conselho e os profissionais, empresas e sociedade em geral. Atuando como um verdadeiro portal de entrada, essa unidade desempenha um papel fundamental na orientação sobre o exercício profissional, no acompanhamento de solicitações e na triagem de demandas, direcionando-as para as áreas competentes do Conselho.

Os resultados alcançados entre janeiro e junho de 2024 demonstram a dedicação e a eficiência da equipe de atendimento, que tem superado as metas estabelecidas. Para o futuro, está prevista a modernização dos canais de atendimento, com a implementação de novas ferramentas tecnológicas que permitirão maior agilidade e personalização do atendimento e o aprimoramento das análises de dados para a tomada de decisão.

Em uma organização pública como o CAU/BA, o Atendimento ao Público representa relevante oportunidade para:

- Fortalecer o relacionamento os profissionais, através do compromisso em oferecer um atendimento de qualidade, promovendo satisfação do público;
- Identificar demandas e tendências, subsidiando a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho a partir da análise das demandas recebidas;
- Contribuir para a melhoria contínua dos processos, identificando pontos de otimização das gestão e prestação dos serviços.

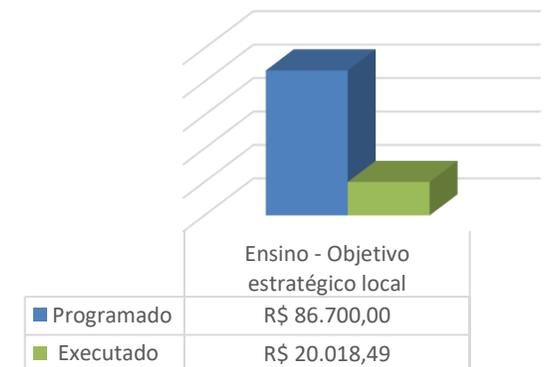


Na gestão 2024-2026, a Comissão de Ensino e Formação – CEF CAU-BA é composta de 5 (cinco) Conselheiros Titulares e 5 (cinco) Conselheiros Suplentes. As ações da nova gestão da CEF CAU-BA foram iniciadas com a revisão do Plano de Trabalho 2024, análise da planilha de prioridades da gestão e apropriação das rotinas sob responsabilidade desta Comissão, tais como deliberação sobre os protocolos de solicitação de inclusão do título complementar de Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho (Especialização), solicitação de emissão de Certidão de Atividades de Georreferenciamento e Correlatas etc.

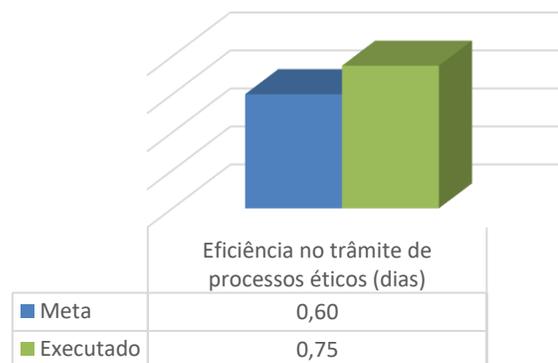
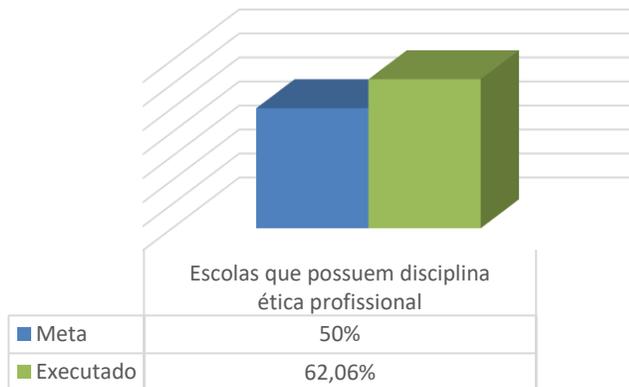
Nos dias 03 e 04 de abril, houve a participação do Conselheiro Suplente Nivaldo Andrade no IX Encontro de Coordenadores de CEF em Brasília, que abordou os projetos prioritários e planos de trabalho.

No dia 04 de abril, a Gerente Técnica, Márcia Santiago, participou do Treinamento Sobre as Matérias Pertinentes a Ensino e Formação para analistas e assessores das CEF-UF, onde foram debatidas as questões referentes aos cursos de graduação – legislação educacional e profissional; cursos de pós-graduação – anotação e registro de título complementar; registro profissional de diplomados em país estrangeiro; contribuições ao processo de elaboração e revisão dos normativos de competência da CEF-CAU/BR (registro profissional e cadastro de cursos), como também sugestões para aprimoramento do Módulo Acadêmico no SICCAU.

Está em andamento a revisão do Edital do Concurso de Trabalho Final de Graduação – TFG, ano 2024, o qual deverá ser divulgado no final do mês de Julho.



Indicadores de Desempenho



Números de Ética e Disciplina	
Reuniões Ordinárias da Comissão Ética e Disciplina	4
Deliberações da Comissão Ética e Disciplina	2
Ofícios/Intimações	10
Treinamentos e Palestras Ministradas	2
Treinamentos e Seminários Nacionais	3

Embora a elaboração das grades curriculares dos cursos de graduação não seja competência do CAU/BA, nota-se, juntamente com o aumento do número de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, um percentual considerável de Instituições de Ensino que não possuem disciplinas com conteúdo sobre a ética profissional nas grades curriculares dos referidos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Acerca dos indicadores referentes aos processos ético-disciplinares, é pertinente mencionar alterações relevantes

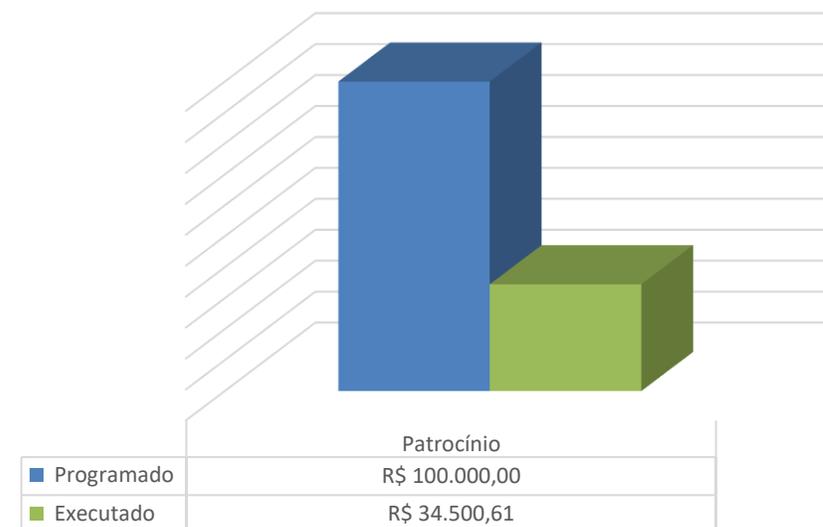
na Resolução n.º 143 de 2017, o que acarretou alterações substanciais no rito processual, com a criação de mais uma instância julgadora, por exemplo. Contudo, diante do mencionado contexto, o CAU/BA realizou julgamentos de mérito de processos ético-disciplinares no primeiro semestre do ano de 2024, considerando as referidas alterações normativas, tendo focado também na atuação preventiva, considerando a função de orientar o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo, a exemplo da realização de palestras.

Insta ressaltar que foi realizado concurso público pelo CAU/BA no ano de 2023 e 07 (sete) aprovados foram admitidos em novembro de 2023, tendo em vista a recomposição e ampliação do quadro de pessoal do CAU/BA. Assim, do referido contexto decorrem desdobramentos que repercutem até os dias atuais e impactam no trâmite de processos ético-disciplinares. Contudo, medidas estão adotadas, tendo em vista melhorias acerca do mencionado contexto.

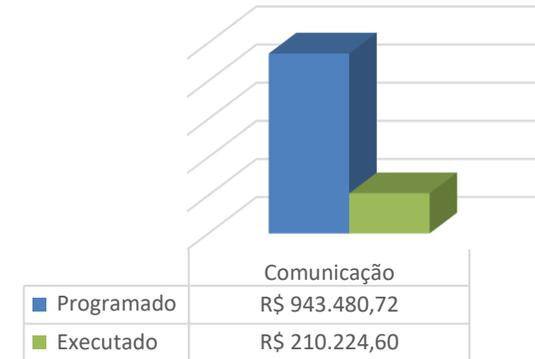
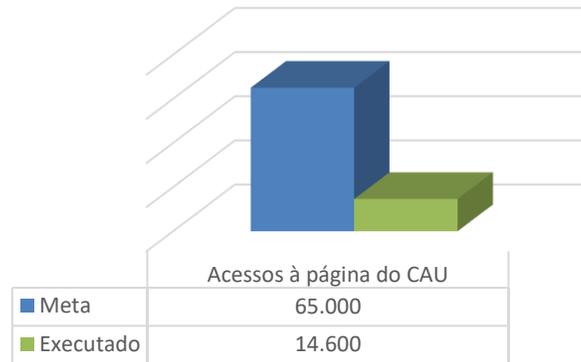
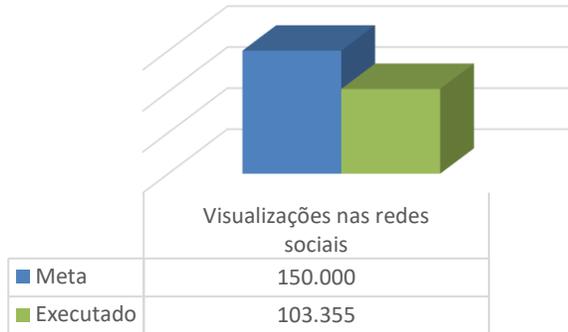
O CAU/BA desempenha papel crucial no fomento e apoio a eventos técnicos de relevância para a área. Ao patrocinar eventos como o Congresso Terra Brasil, realizado na Universidade Federal da Bahia, o Fórum de ATHIS promovido pelo Sindicato de Arquitetos e Urbanistas da Bahia e o VII Simpósio de Acústica, organizado pela Sociedade Brasileira de Acústica – Regional Nordeste, o Conselho investe na disseminação do conhecimento, na atualização profissional dos arquitetos e urbanistas e no fortalecimento da comunidade profissional.

Essa iniciativa está diretamente alinhada com a missão do CAU/BA de representar e defender os interesses da Arquitetura e Urbanismo. Ao apoiar eventos técnicos, o Conselho contribui para a valorização da profissão e para a divulgação das suas contribuições para a sociedade. Além disso, essa ação permite identificar as principais demandas da categoria, subsidiando a criação de políticas públicas mais eficazes.

Ao participar de eventos apoiados pelo CAU/BA, os profissionais têm a oportunidade de atualizar seus conhecimentos, expandir sua rede de contatos e contribuir para o desenvolvimento da profissão. Essa troca de experiências e a discussão de temas relevantes para a área são fundamentais para a evolução da Arquitetura e Urbanismo no estado da Bahia e para o fortalecimento do vínculo entre o Conselho e os profissionais.



Indicadores de Desempenho



Valor executado até 31.06.2024

A assessoria de comunicação do CAU/BA concentrou o seu trabalho no primeiro semestre de 2024 no relacionamento com a imprensa e o posicionamento de marca perante a sociedade. Foram trabalhadas matérias (segue clipagem abaixo) e articulações e coberturas de eventos/atividades que fortalecem a imagem do Conselho e levam até aos Arquitetos e Urbanistas ações e informações necessárias quanto ao papel do CAU e o que ele oferece para os profissionais e sociedade. O intuito destas ações continua sendo fortalecer o CAU como fonte principal de disseminação de informações correlatas à Arquitetura e Urbanismo. As atividades realizadas no primeiro semestre de 2023 que merecem destaque são: Cobertura da inauguração do Escritório público de Lauro de Freitas, divulgação na mídia sobre as Ações Civas Públicas ajuizadas pelo CAU, cobertura de

palestras e eventos dos quais o CAU/BA participou como apoiador e/ou patrocinador (SOBRAC, Terra Brasil), acompanhamento e criação de pautas para a imprensa, criação de peças institucionais para as redes sociais e site, publicação de matérias e informações no site e nas redes sociais, montagem do relatório de gestão do primeiro semestre de 2024, articulação com as faculdades para a realização de atividades nos campus, além do compartilhamento de campanhas nacionais - orientadas pelo CAU/BR - nos meios de comunicação oficiais do CAU/BA.



Clipagem

A TARDE

DECISÃO JUDICIAL

Suspensa venda de terreno de R\$ 6 mi na Av. ACM

LUCAS FRANCO

Arrematado pela Incorporadora Brasil Construções LTDA em março por R\$ 5,850 milhões, um terreno de 2.874,44 m² na Avenida Antônio Carlos Magalhães (ACM) teve sua venda suspensa pela Justiça Federal, que acatou ação ajuizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU-BA).

A 14ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Estado da Bahia (SJ-BA) impediu a venda do terreno ao acatar a ação, que alegava que o interesse público não foi justificado. "O imóvel alienado

constitui patrimônio comunitário de valor inestimável", apontou a juíza Cynthia de Araújo Lima Lopes na decisão.

Um projeto enviado à Câmara Municipal no final do ano passado previu a desafetação de 40 áreas pela Prefeitura. A Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador (Sefaz Salvador) alegava necessidade do leilão para utilizar recursos na "implementação de políticas públicas em projetos e ações que levem efetivos serviços à população".

Em entrevista ao A TARDE, o procurador jurídico do

CAU-BA, Fernando Valadares, justificou a ação. "Dentre os principais argumentos abordados na ação, estão o entendimento de que não

Justiça acatou ação ajuizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU-BA)

houve a devida demonstração do interesse público e da vantajosidade da realização do leilão para a sociedade, o entendimento de que tam-

Decisão da 14ª Vara Cível aponta não haver interesse público na venda da área

bém não houve a devida demonstração de estudos técnicos, sobretudo estudos de caráter urbanístico, ambiental e social, e a forma da realização do leilão, que foi presencial", disse.

"O entendimento de que não houve a devida demonstração do interesse público e da vantajosidade da realização do leilão para a sociedade é um argumento relevante para a ação. Se entende que não houve a devida demonstração do interesse público acerca do leilão e a devida demonstração da vantajosidade da realização de interesse pú-

blico para a sociedade", afirmou.

"Sobre não haver a devida demonstração de estudos técnicos, entende-se que não houve a devida demonstração desses estudos, o que também é relevante para a ação. Já sobre a forma da realização do leilão, baseado na nova lei de licitações, a forma adotada como regra é a forma eletrônica. Isso porque, inclusive, proporciona, em tese, uma maior competitividade entre potenciais interessados. Inclusive, que estejam em qualquer parte do Brasil, ou até mesmo fora do Brasil", conclui.



Clipagem

A TARDE

REGIÃO METROPOLITANA
SALVADOR
TEMPO REAL Acompanhe a atualização dos fatos na capital e cidades da RMS
www.cau-ba.com.br

HISTÓRIA

Desabamentos expõem má conservação do patrimônio

Quilômetros de patrimônio histórico em Salvador, no litoral baiano, estão em risco de ruína. Um levantamento realizado pela Defesa Civil de Salvador aponta que, em Salvador, há cerca de 407 casarões do Centro Antigo em situação de risco. O levantamento foi realizado pela Defesa Civil de Salvador em parceria com a Defesa Civil de Colônia, no litoral baiano, após o terremoto de Colômbia, em setembro de 2019. O levantamento apontou que, em Salvador, há cerca de 407 casarões do Centro Antigo em situação de risco. O levantamento foi realizado pela Defesa Civil de Salvador em parceria com a Defesa Civil de Colônia, no litoral baiano, após o terremoto de Colômbia, em setembro de 2019.



Desabamento de Colônia, em Colônia, no litoral da BA, após o terremoto de 2019.

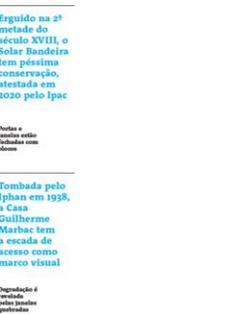
Pré-aviso O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) de Salvador, em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) de Colônia, realizou um levantamento de risco de ruína em Salvador, no litoral baiano, após o terremoto de Colômbia, em setembro de 2019. O levantamento apontou que, em Salvador, há cerca de 407 casarões do Centro Antigo em situação de risco. O levantamento foi realizado pela Defesa Civil de Salvador em parceria com a Defesa Civil de Colônia, no litoral baiano, após o terremoto de Colômbia, em setembro de 2019.



Solar Informes que o segundo pavimento do Colón também será demolido.

Projeto Casarões mapeia imóveis em perigo

O litoral e o litoral baiano estão em situação de risco de ruína. Um levantamento realizado pela Defesa Civil de Salvador em parceria com a Defesa Civil de Colônia, no litoral baiano, após o terremoto de Colômbia, em setembro de 2019. O levantamento apontou que, em Salvador, há cerca de 407 casarões do Centro Antigo em situação de risco. O levantamento foi realizado pela Defesa Civil de Salvador em parceria com a Defesa Civil de Colônia, no litoral baiano, após o terremoto de Colômbia, em setembro de 2019.



Tombada pelo Iphan em 1938, o Casarão Guilherme Marbex tem a escada de madeira visual

A TARDE

REGIÃO METROPOLITANA
SALVADOR
TEMPO REAL Acompanhe a atualização dos fatos na capital e cidades da RMS
www.cau-ba.com.br

CLIMA

ATENÇÃO persiste nas áreas de risco mesmo com obras de prevenção

Atenção persiste nas áreas de risco mesmo com obras de prevenção. O clima quente e úmido, típico da região metropolitana de Salvador, exige cuidados extras com a manutenção das estruturas e a prevenção de deslizamentos. As obras de prevenção, embora importantes, não garantem a segurança total das áreas de risco, especialmente em períodos de chuva intensa.



Área de risco em Salvador, com estruturas precárias e vegetação densa.

ATENÇÃO persiste nas áreas de risco mesmo com obras de prevenção

Atenção persiste nas áreas de risco mesmo com obras de prevenção. O clima quente e úmido, típico da região metropolitana de Salvador, exige cuidados extras com a manutenção das estruturas e a prevenção de deslizamentos. As obras de prevenção, embora importantes, não garantem a segurança total das áreas de risco, especialmente em períodos de chuva intensa.



Área de risco em Salvador, com estruturas precárias e vegetação densa.

Descarte correto previne alagamentos

Descarte correto previne alagamentos. A falta de coleta seletiva e o descarte inadequado dos resíduos sólidos são fatores que contribuem para o aumento dos alagamentos em áreas urbanas. A implementação de programas de coleta seletiva e a educação ambiental são essenciais para a prevenção desse problema.



Coleta de lixo em uma rua, com trabalhadores e moradores.



Kamille Martinho
@k1000le

Dr. Fernando Valadares
Procurador Jurídico do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia

Clipagem

METRO1

METROPOLE SSA-BA

14 MAR 2024

Menos verde, mais concreto

Concreto avança pela cidade, enquanto áreas verdes são alvo de leilões milionários da prefeitura. Terrenos como o da foto, localizada no bairro do Itaipava, foram colocados à venda por até R\$ 13 milhões. Págs. 2 e 4

Boa Fernandes relembra indícios de envolvimento da Cúpula do Escândalo em suposta tentativa de golpe. Pág. 6

Na Metropole, ministros Rui Costa e Wellington Dias rechaçam críticas a programas sociais. Pág. 7

Ministério cancela ato dos 60 anos do golpe militar e recondo discussão sobre memória social do Brasil. Pág. 8

METROPOLE

Meio ambiente em risco

Novos leilões de áreas verdes e terrenos pela prefeitura agravam o risco de especulação imobiliária sobre o patrimônio coletivo

Foto: Danilo Puridade
Texto: João Costa Jr. e Letícia Alvares
redacao@metro1.com.br

Em vez de áreas verdes, concreto avança sobre a paisagem urbana. O processo e os efeitos decorrentes dele já são conhecidos há décadas pelos habitantes de grandes e médias cidades brasileiras. Mas em Salvador ganhou impulso cada vez maior, a rebuque da sanha da especulação imobiliária e com apoio da prefeitura. O alarme de perigo ao meio ambiente da capital soua alto recentemente, diante do leilão de mais 13 terrenos e áreas verdes, ampliado pela política envolvendo a disputa por um pedaço até então protegido na encosta do Corredor da Vitória, com os olhos voltados para a Baía de Todos-os-Santos.

Embora a cidade só tenha despertado para os riscos nos últimos dias, foi em 20 de dezembro do ano passado que o verde começou a desbotar. Mas precisamente quando a Câmara de Vereadores, sob protesto de ambientalistas, aprovou um projeto de lei do Executivo que permitia à prefeitura desafetar 40 terrenos públicos e cobrir-lhes à venda, em um pacote de leilões que começou de fato no último dia 7 e seria encerrado na sexta-feira (5), caso a última oferta não fosse barrada pelo Juízo. A 6ª Vara Federal de Salvador suspendeu o leilão de terrenos que até então era considerado a joia da coroa: a Área de Proteção Permanente da Vitória, cujo lance mínimo era de R\$ 10,9 milhões. A decisão foi uma resposta a uma medida de urgência requerida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU/BA), que alega que a venda não obedece às normas constitucionais e não conta com estudos técnicos adequados.

Localizado na colina da encosta do metro quando mais caro de Salvador, o de alto valor para os cofres municipais. A área protegida pela legislação ambiental pertence ao luxuoso condomínio Mansão Costa Pinto e foi doada à prefeitura para viabilizar a construção do empreendimento. O intuito era garantir que esse fosse preservado. Mas a história do terreno poderia ter sido outra, já que com o leilão ele provavelmente seria vendido à construtora OX, subsidiária da Colobrevi, cujos planos eram erguer um espigão do tipo primo com 40 ou 50 andares, sobre a necessidade que corre nos bastidores do negócio.

O Ministério Público da Bahia (MP) também já tinha tentado frear o fortalecimento, ao recomendar que o prefeito Bruno Reis (União) suspendesse o leilão, mas a tentativa sequer foi cogitada pelo gestor. Em conversa narrada pelo apresentador Mário Kertész, ancora da Rádio Metropole, Reis defendeu a venda do terreno, ao justificar que o dinheiro arrecadado seria revertido em investimentos para a população. Além, é claro, de gerar novos IPTUs de alto valor para os cofres municipais.

Os outros leilões não foram suspensos, mas também têm sido alvo de uma série de críticas. Incluiu o terreno de 2.874 m² localizado na Avenida Atílio, não Carlos Magalhães, entre o Parque da

METROPOLE

Outra versão

A prefeitura vê o assunto por um prisma totalmente oposto, mantido pelo Friza com a qual são construídas as notas de esclarecimento, a exemplo da que foi enviada pela Secretaria Municipal de Comunicação (Secom). Em síntese, afirmou que "a venda de terrenos, por meio do Edital de Licitação nº 001/2024, foi autorizada pela Lei Municipal nº 9.775 - aprovada pela Câmara de Vereadores, em dezembro de 2023". "A medida tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social em áreas prioritárias da cidade", justificou.

"Em relação às Áreas de Preservação Ambiental (APA), é importante destacar que a alienação é permitida por fundamentos legais, desde que sejam respeitadas as diretrizes das legislações ambientais e urbanísticas. Nesse sentido, a Prefeitura tem adotado todas as medidas necessárias para assegurar a preservação do meio ambiente e cumprimento da legislação. Entre as ações praticadas destacam-se o artigo 1º da Lei 9.775/2023, que classifica expressamente o imóvel como Área de Proteção Ambiental (APA) não edificável, ou seja, que não é permitida a construção de edificações", acrescentou.

Por fim, concluiu a prefeitura, "a administração municipal reforça o compromisso com a transparência e a lisura em todas as etapas do processo de venda, seguindo rigorosamente os trâmites legais estipulados pela legislação". As garantias do Poder Público, entretanto, não eliminam os riscos no bem-estar coletivo assegurando pelas áreas verdes em uma cidade onde o frescor das sombras diminui os altos índices, em meio ao calor da Vitória, a cada ano mais difícil de suportar.

ENGAJAMENTO NECESSÁRIO

"O debate não é apenas de arquitetos e salvadores, como também de outras categorias profissionais, mas, fundamentalmente, é dos cidadãos", afirmou urbanista, sobre a necessidade de empenho por parte da sociedade civil organizada para evitar a expansão do concreto em áreas verdes da cidade. Esse acelerado movimento foi fortemente criticado também por quem defende a causa ambiental, como a professora universitária Isabel Perez, integrante do Coletivo Stella Maris, grupo que atua na preservação dos rios e variados ecossistemas do bairro, como as cabeceiras dunas.

Moradora de Stella há quase 30 anos, Isaura também condenou a desafetação dos terrenos e traduziu a provocação que palra sobre a cabeça de muitos iguais a ela: "Quem vai comprar essas poucas áreas verdes que ainda restam na cidade e o que farão com elas? Mais esgotos? A população precisa de áreas públicas. A cidade precisa de ventilação, de arborização, de espaços culturais públicos. Essa desafetação não interessa aos que pensam a cidade como um espaço de vida e lazer saudável", desabafou.

METROPOLE

Em cinco anos, 21 áreas e terrenos públicos em Salvador foram vendidos pela prefeitura

Embora a venda de áreas verdes e terrenos do patrimônio público do município pareça política nova, ela tem origem em um processo que está em curso desde a década passada. Somente nos últimos cinco anos, a prefeitura de Salvador vendeu 21 imóveis do tipo que foram desafetados por leis aprovadas pela Câmara de Vereadores e decretados por meio de resoluções. O número foi revelado na quarta-feira (13) pela MetroPólis, coluna diária de notícias exclusivas e informações sobre os bastidores do poder, lançada pelo portal Metro1 no último dia 6.

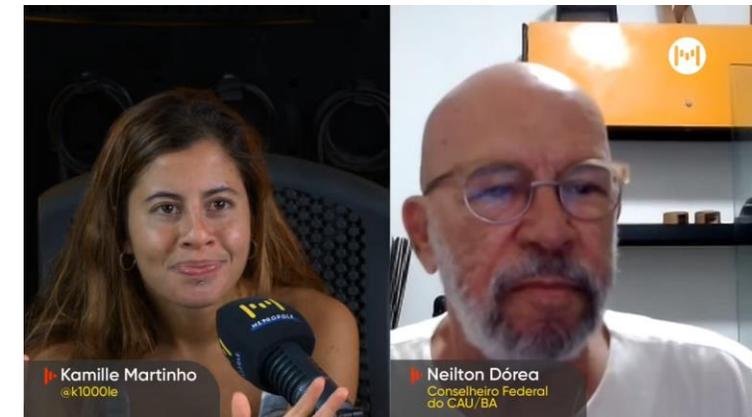
De acordo com levantamento feito na base de dados da Secretaria Municipal de Fazenda (Sefaz), quase todos os terrenos estão localizados em bairros nobres da cidade, como Barra, Ondina, Alagoinhas, Itaipava e Pituba, ou coligados pela especulação imobiliária, a exemplo de Piaç e Federação. Em tamanho, as áreas leiloadas desde 2019 totalizam aproximadamente 75 mil m², o equivalente a mais de sete campos de futebol profissional, e venderam aos cofres do município R\$ 77 milhões.

A maior parte do montante se refere ao terreno de 36,2 mil m² onde está sendo concluído o segundo home center da Ferreira Costa em Salvador, no Vale dos

Barra. A área foi arrematada por R\$ 40 milhões em 5 de fevereiro de 2019 pela Marina Participações, controladora da gigante varejista de materiais de construção e produtos para casa, roupa e banho. Conforme revelou pelo portal Metro1 no último dia 26 de fevereiro, a prefeitura contratou a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo do Município (Lousou) e autorizou a licitação para ampliação da unidade em dinâmicas acima do previsto para lotes destinados a empreendimentos comerciais na cidade, limitando 120 mil m².

Fazem parte da lista ainda dois terrenos de alto valor vendidos em abril e em agosto de 2019. O primeiro, em Piaç, mede quase 10,5 mil m² e foi adquirido conjuntamente pelas empresas Atual Participações e 4 Estações Empreendimentos por R\$ 9,5 milhões. O segundo, de 2.342 m², está situado em Alagoinhas e teve como arrematantes dois investidores privados, que pagaram R\$ 4,38 milhões. Ao longo do período, a prefeitura realizou 69 leilões de áreas públicas. A maioria, no entanto, fracassou por ausência de interessados, acabaram impedidos por ações judiciais ou foram suspensos por decisão unilateral da Sefaz.

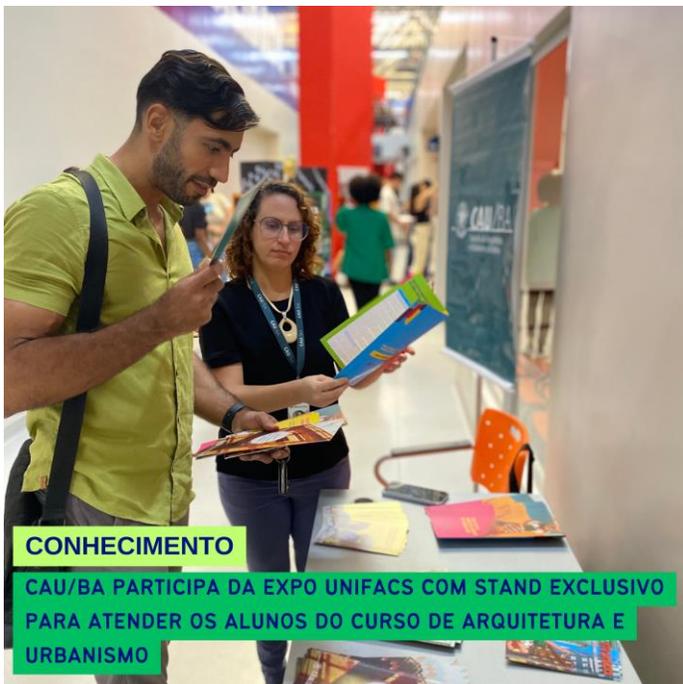
Clipagem



Clipagem



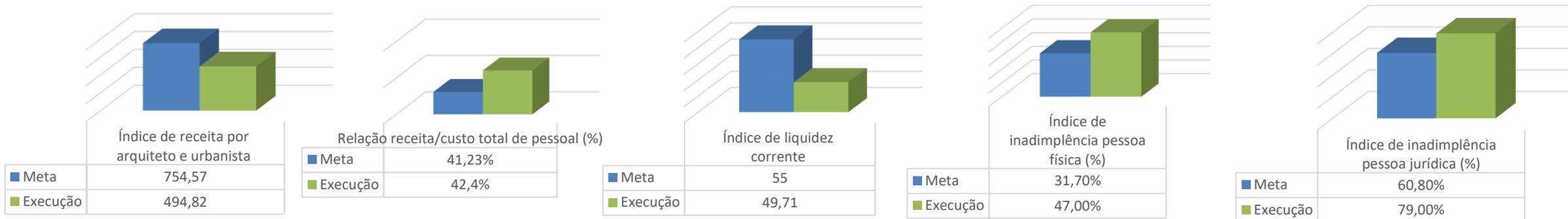
Clipagem



Treinamento Sei



Indicadores de Desempenho



Desafios e Perspectivas

Em 2024, está sendo observado resultado positivo das ações de cobrança executadas no final do exercício de 2023, conforme gráfico ao lado.

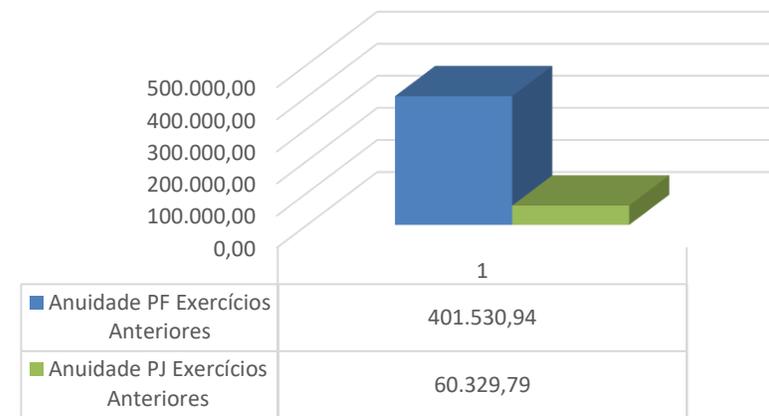
O número de processos que passaram da fase administrativa para a fase executiva da cobrança chegou a 180, sendo 135 de pessoa física e 45 de pessoa jurídica. Esses processos já foram encaminhados para a Procuradoria Jurídica do CAU/BA, para iniciar a fase de cobrança judicial.

Atualização da nossa base de dados ainda é o nosso grande desafio. Com os endereços dos profissionais e empresas desatualizados, estamos tendo grande dificuldade de localizá-los para darmos encaminhamento aos processos de cobrança.

A perspectiva é que com o avanço da sistematização e com o auxílio de tecnologias que venham a ser adquiridas para possibilitar uma melhoria no controle financeiro e o convênio com cartório de protesto, seja possível acelerar a cobrança e continuar garantindo o equilíbrio econômico-financeiro de suas contas, sempre voltado a aumentar a recuperação de créditos de anuidades anteriores.

No segundo semestre de 2024, será iniciada a cobrança administrativa das anuidades dos exercícios de 2023 das pessoas físicas e jurídicas e do exercício de 2024 das pessoas físicas.

Recuperação de Anuidades de Exercícios Anteriores



O CAU/BA está comprometido em oferecer serviços mais eficientes e transparentes aos seus profissionais e, para isso, tem adotado uma série de medidas para aprimorar e inovar seus processos internos.

Uma das principais iniciativas foi a efetiva implementação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), uma ferramenta que centraliza e gerencia a gestão de documentos e processos. A adoção do SEI, inclusive pelos conselheiros, tem contribuído para a agilidade e a segurança no trâmite das informações, além de promover a transparência e o acesso democrático às informações.

O CAU/BA tem investido em outras ferramentas de comunicação interna, buscando maior formalização e objetividade nas interações entre os colaboradores. Essa medida visa otimizar a comunicação e garantir que as informações sejam disseminadas de forma clara e eficiente.

Outra ação importante tem sido a realização de rodadas de mapeamento e documentação dos processos internos. Essa iniciativa permite identificar gargalos, otimizar fluxos de trabalho e garantir maior controle sobre as atividades. A Comissão de Organização e Administração também está designada a acompanhar este trabalho, demonstrando o compromisso da instituição com a melhoria contínua.



Treinamento SEI

Em janeiro de 2024, o CAU/BA promoveu o Treinamento para Conselheiros (as) Eleitos para a Gestão 2024/2026, evento realizado em três dias e que envolveu conselheiros titulares e suplentes em um *overview* sobre a estrutura organizacional e o planejamento das ações para 2024.

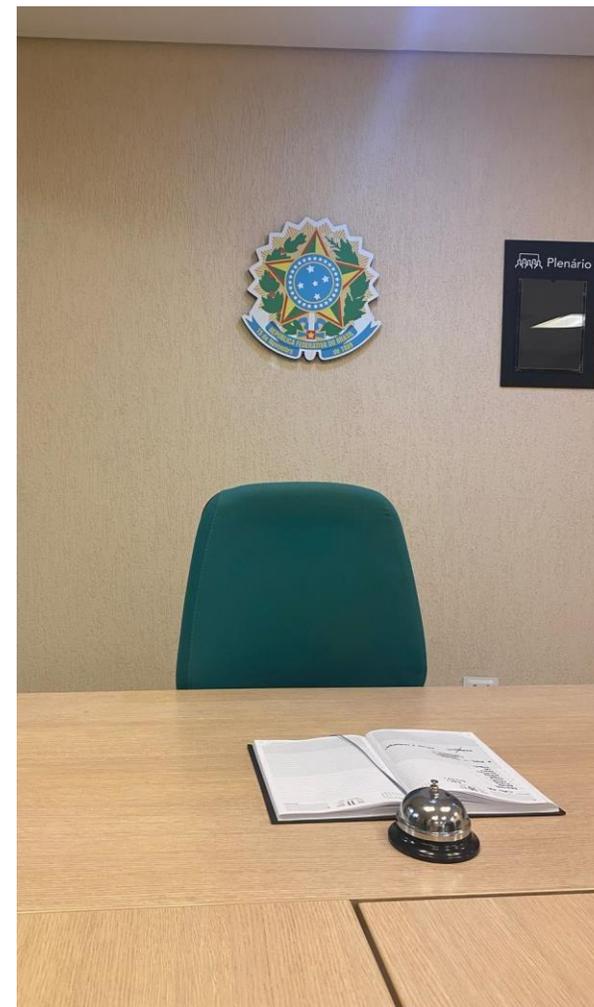
Além disso, houve a continuidade de capacitação de colaboradores diretamente envolvidos em licitações e contratos, com a finalidade de aprimoramento de competências, bem como a realização de treinamentos internos para alinhamento quando ao uso do Sistema Eletrônico de Informações no âmbito do CAU/BA. A representação institucional do Presidente e conselheiros em eventos técnicos nacionais também ocorreu de forma exitosa, aprofundando a interrelação entre os pares e o intercâmbio de informações e boas práticas.



A construção de uma cultura organizacional sólida no CAU/BA tem sido um desafio. Para atingir um novo patamar institucional, mais amadurecido e alinhado à realidade, o corpo gerencial tem participado de reuniões sistemáticas com a premissa de criar aproximação com os aspectos de planejamento da instituição e do delineamento dos valores orientativos da boa liderança.

A abertura para as mudanças necessárias é elemento decisivo para colocar o CAU/BA em um novo patamar, mais integrado às boas práticas de gestão pública e dinamicamente motivado por entregas desafiadoras e estruturantes.

O grande desafio em 2024 é elaborar os princípios do Plano de Carreiras, Cargos e Salários da instituição e, assim, contribuir para a definição de valores e princípios claros, investimento em comunicação interna, reconhecimento e valorização dos colaboradores e promoção de uma cultura de engajamento, etapas essenciais para a solidez do Conselho e, conseqüentemente, do desenvolvimento da Arquitetura e do Urbanismo através das pessoas que integram a instituição.



Objetivo Estratégico: Ter **sistemas de informação e infraestrutura** que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade

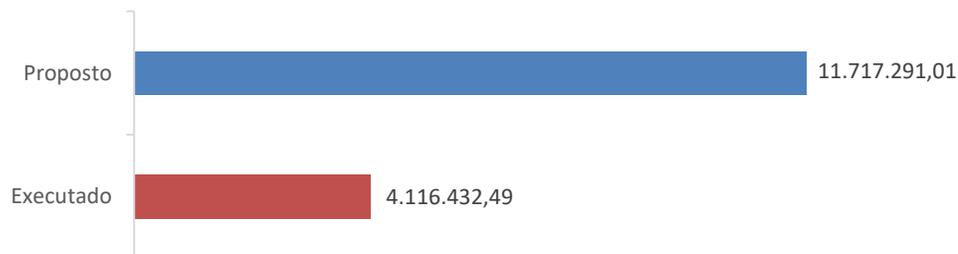
Como parte de iniciativa destinada a fortalecer a atuação profissional dos arquitetos e urbanistas, o CAU/BA, por meio de parceria com o CAU/BR, está estruturando um terminal de acesso às normas técnicas e documentos regulatórios relacionados à construção civil, utilizando a plataforma Target GedWeb.

Atualmente, esse recurso oferece acesso a 521.172 regulamentações técnicas, incluindo Normas da ABNT, Normas Internacionais e Estrangeiras, Diário Oficial da União e Matérias Técnicas, entre outras. A disponibilização deste acesso aos profissionais tem um grande potencial de resultar em projetos mais qualificados, conformes e tecnicamente amadurecidos.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

O orçamento proposto na programação orçamentária para o exercício de 2024 foi estimado em **R\$ 6.277.291,01** de receita corrente e mais **R\$ 5.440.000,00** de receita de capital, totalizando um orçamento para 2024 voltado para projetos e atividades de **R\$ 11.717.291,017**.

Execução Orçamentária

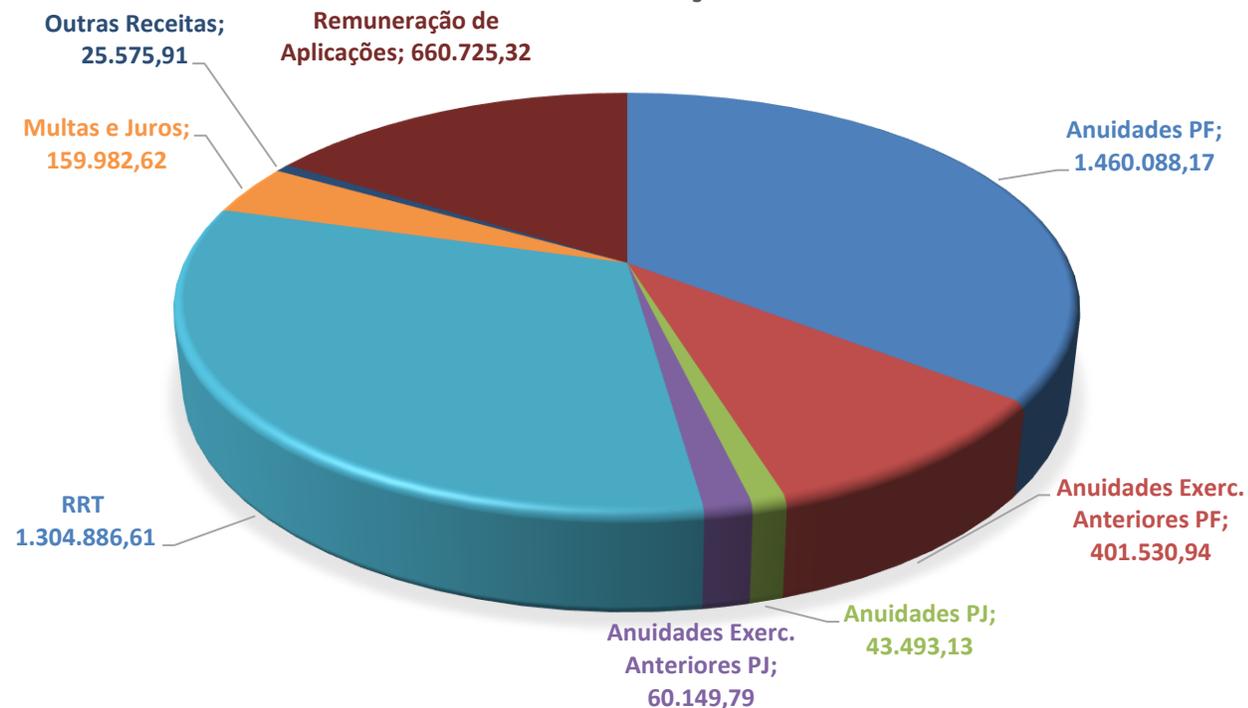


Da Receita

A receita arrecadada cumulada até junho de 2024 atingiu o valor de **R\$ 4.116.432,40**, que corresponde a 64,87% da Receita Corrente Prevista que é de **R\$ 6.277.291,01** e de 35,13% da Receita Orçamentária de 2024 que é de **R\$ 11.717.291,01**

A Receita Corrente arrecadada até junho de 2024 foi superior a Receita Corrente Arrecadada no mesmo período de 2023, no valor de **R\$ 303.074,26**, correspondente a 7,95%.

ARRECADAÇÃO



R\$ 4.116.432,40

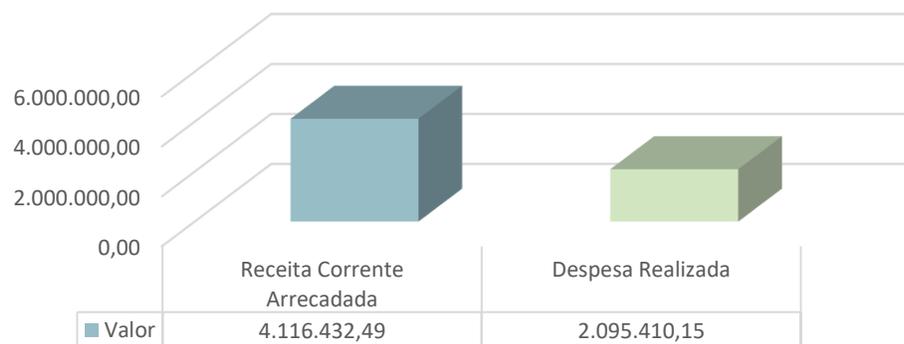
Da Despesa

A despesa realizada até junho de 2024 atingiu o valor de **R\$ 2.095.410,15**, que corresponde a 17,88% da Proposta Orçamentária de 2023 que foi de **R\$ 11.717.291,01**.

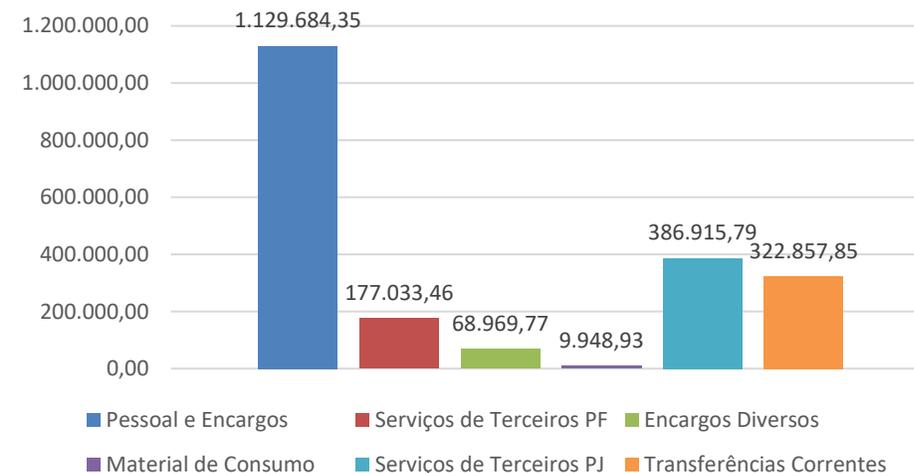
A despesa corrente realizada até junho de 2024 foi superior a Despesa Corrente Realizada no mesmo período de 2023, no valor de R\$ **397.151,36**, correspondente a um acréscimo de 23,39%.

Comparando a Receita Arrecadada com a Despesa Realizada até junho de 2024, constatou-se um **Superávit Orçamentário** no valor de **R\$ 2.021.022,34** do valor arrecadado até o mês de junho de 2024.

Receita X Despesa



Despesas Orçamentárias



O CAU/BA apresentou até o mês de junho de 2024 um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 1.710.217,4, conforme abaixo:

➤ Variação Patrimonial Aumentativa (receita)	R\$ 4.001.533,30 (-
) Variação Patrimonial Diminutiva (despesa)	R\$ (2.291.315,85)
(=) Superávit Patrimonial até Junho/24	R\$ 1.710.217,45

Detalhamento da Despesa

Despesas Orçamentárias	2.095.410,15
Pessoal e Encargos	1.129.684,35
Serviços de Terceiros PF	177.033,46
Encargos Diversos	68.969,77
Material de Consumo	9.948,93
Serviços de Terceiros PJ	386.915,79
Transferências Correntes	322.857,85

Na conta de “Serviços de Apoio Adm. e Operacional”, está a contratação de empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada para os serviços de recepcionistas, copeiragem e limpeza;

Na locação de Bens e Imóveis, refere-se a locação da atual Sede do CAU/BA, um conjunto de 07 salas num centro comercial cujo valor mensal da locação de R\$ 8.100,00.

Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	386.915,79
Serviços de Consultoria	40.520,52
Consultoria Contábil	40.520,52
Serviço de Comunicação e Divulgação	2.975,56
Serviços Prestados	268.806,61
Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	114.067,56
Locação de Bens e Imóveis	46.950,34
Condomínio	31.961,52
Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equip	992,00
Serviço de Energia Elétrica	19.740,15
Serviço de Correios e Telégrafos	13.003,62
Despesas com Telecomunicações	4.957,20
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	13.766,72
Serviços Gráficos	15.980,00
Outras Despesas	7.387,50
Passagens	74.613,10

O CAU/BA adota a contabilização através da atribuição de registros de centros de custos, permitindo-se acompanhar a execução orçamentária das iniciativas estratégicas distribuídas em projetos e atividades de cada uma dessas unidades. A tabela abaixo apresenta comparativo entre os valores destinados a cada centro de custo e a sua efetiva execução.

CENTROS DE CUSTOS	ORÇADO	EXECUTADO
COMISSÃO ENSINO	86.700,00	20.018,49
COMISSÃO ÉTICA	201.390,20	70.682,05
COMISSÃO FISCALIZAÇÃO	24.000,00	21.939,12
COMISSÃO FINANÇAS	18.000,00	13.971,39
COMISSÃO ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	18.000,00	8.075,00
COMISSÃO ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA ARQUITETURA E URBANISMO	35.000,00	6.470,00
DIREÇÃO GERAL	792.417,61	216.466,69
PLENÁRIO	2.111.000,00	139.108,59
GERÊNCIA TÉCNICA	385.251,54	164.977,08
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES	223.039,10	54.139,97
GERÊNCIA FINANCEIRA	1.139.947,41	503.408,73
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA	919.063,39	300.748,30
ASSESSORIA JURIDICA	360.087,04	133.672,00
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO	443.914,00	193.489,44
GERÊNCIA DE ATENDIMENTO	116.000,00	38.018,70
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	517.675,40	112.260,72
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	4.325.805,324	97.963,88
TOTAL	11.717291,01	2.095.410,15

Gasto com Pessoal

Para o exercício de 2024, o CAU/BA estimou em seu orçamento o montante de **R\$ 2.587,869,18** para gasto com pessoal e encargos, que representa 41,23% de impacto no orçamento com pessoal.

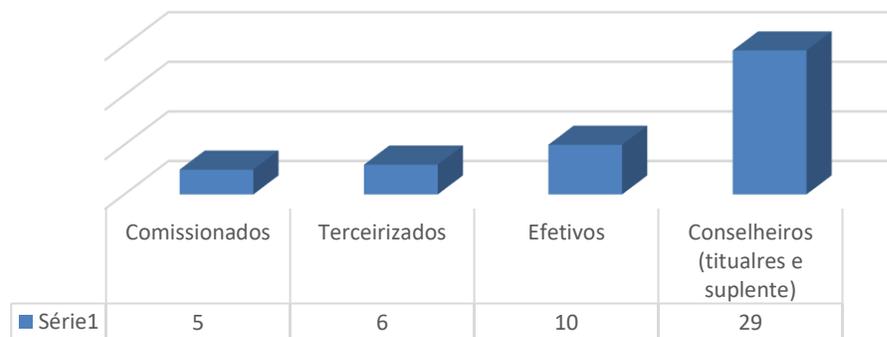
Deste montante, foi gasto a importância de **R\$ 1.129.684,35** que representa 42,41% do valor programado para esta finalidade durante o primeiro semestre, mantendo o foco no equilíbrio fiscal em face dos gastos de pessoal.

O CAU/BA conta ainda com 15 conselheiros titulares e 15 suplentes, eleitos para a gestão 2024-2026 com atuação nas Comissões regimentais Ordinárias e Especiais. Além de um conselheiro federal e seu suplente para representar o CAU/BA junto ao CAU/BR.

O CAU/BA conta em seu quadro de pessoal com 21 pessoas implementando e executando as atividades do Conselho. Dentre esses, 10 são colaboradores efetivos, 5 comissionados e 6 terceirizados.

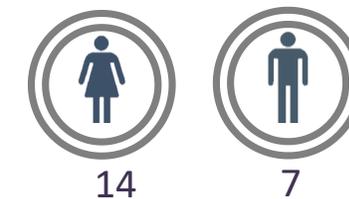
A força de trabalho do CAU/BA no primeiro semestre foi disponibilizada da seguinte forma:

Força de Trabalho



Especificamente dentro do seu quadro funcional, o CAU/BA está assim disposto:

Força de Trabalho - Colaboradores



Gestão de patrimônio

Cada aquisição e recebimento de Bem móvel é incorporado ao acervo patrimonial através de registros em sistema de patrimônio “SISPAT”, interligado ao sistema contábil “SISCONT, sob orientações do setor contábil do Conselho. Também são efetuadas as depreciações mensais via sistema SISPAT, de acordo com a norma NBCASP.

Investimento em Infraestrutura e Equipamentos

O CAU/BA, em seu plano de ação para o exercício de 2024, disponibilizou em seu orçamento o montante de **R\$ 5.440.000,00** para gastos com investimentos. Dentre eles estão a compra da sede do CAU/BA, reforma e aquisição de máquinas e equipamentos para modernização do seu parque computacional.

Locação de Imóveis e Equipamentos

O CAU/BA ainda não tem sede própria desde a sua criação. E em setembro de 2022, mudou-se, para o endereço atual composto por um conjunto de 07 salas, num centro comercial no bairro de Caminho das Árvores. O valor orçado para gasto em aluguel para o exercício de 2024 foi de R\$ 100.000,00 e com gastos de condomínio no valor de R\$ 60.000,00.

Com o foco na redução de custo com manutenção e suprimento de impressoras, o CAU/BA aluga duas

impressoras laser multifuncionais monocromáticas, com custo mensal de R\$ 496,00, com a inclusão dos insumos.

Gestão de TIC

O CAU/BA utiliza os serviços ofertados pelo Centro de Serviços Compartilhados – CSC CAU/BR que fornece uma cesta de produtos e serviços que transitam de maneira uniformizada em todas as unidades da federação, representando o valor anual de R\$ R\$ 489.960,20 para o CAU/BA em 2023.

O Centro de Serviços Compartilhados (CSC) gerencia serviços como o Sistema de Comunicação e Informação do CAU (SICCAU) e o Sistema de Inteligência Geográfica (IGEO), Sistema Contábil, Patrimonial, Prestação de Contas, hospedagem do site e o Portal da Transparência.

O Centro de Serviços Compartilhados-CSC, conforme definido na Resolução n. 92 do CAU/BR, de 10 de outubro de 2014, compreendem os seguintes serviços:

- a) Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) nos módulos:
 - 1 - Gerencial;
 - 2 - Corporativo e Ambiente Profissional;
 - 3 - Sistema de Informação Geográfica;

b) Serviço de DATA CENTER;

c) Rede Integrada de Atendimento (RIA), compreendendo:

- 1 - Serviço de Tele Atendimento Qualificado (TAQ);
- 2 - Serviço Telefônico de Tele Atendimento 0800;

d) Contratação de empresa para fornecimento de licença para uso em sistemas Orçamentário, Financeiro e Contábil e Patrimônio.

Essa gestão centralizada, sob a responsabilidade do CAU/BR, uniformizam e padronizam os serviços, tanto para o uso corporativo dos CAU/Ufs, quanto para o atendimento aos profissionais e a sociedade, fazendo com que todo o sistema CAU funcione da mesma maneira.

Dessa forma, é possível adotar facilmente sistemas que integrem dados em uma base unificada e que possa ser acessado e alimentado por colaboradores e gestores, de maneira organizada e categorizada. Facilitando o gerenciamento e compartilhamento de informações, possibilitando o acesso a relatórios, indicadores e métricas de forma ágil, o que favorece uma análise mais assertiva no processo de tomada de decisão.

Com a introdução da Lei 14.133/2021, que trouxe inovações significativas nas licitações, destacou a importância da capacitação e atualização contínua. Neste contexto, as unidades do CAU/BA participaram de cursos focados na nova lei de licitações e do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), que já estamos utilizando com o intuito de fortalecer continuamente o conhecimento sobre a matéria.

O compromisso do CAU/BA é com a gestão eficiente dos recursos públicos, visando proporcionar serviços de qualidade para os profissionais arquitetos e urbanistas e para a sociedade.

As ações durante o primeiro semestre de 2024 refletem o esforço e o interesse do CAU/BA em se aperfeiçoar, mantendo-se atualizado e em conformidade com a sua missão e objetivos institucionais.

O CAU/BA visa garantir a melhor utilização dos recursos públicos e a prestação de serviços de qualidade aos seus usuários. É uma atividade estratégica para a autarquia, que trabalha aprimorando seus processos de modo a garantir a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O CAU/BA vem buscando modernizar seus processos para tornar a gestão mais eficiente, principalmente no que se refere à área de licitações e contratos, qualificando seu quadro pessoal para a utilização efetiva da nova lei de licitações.

O CAU/BA já inaugurou contratações com base na nova lei de licitações – Lei 14.133/2021. A opção pela contratação direta foi justificada pela necessidade de garantir uma solução mais eficiente e econômica para a realização das atividades.

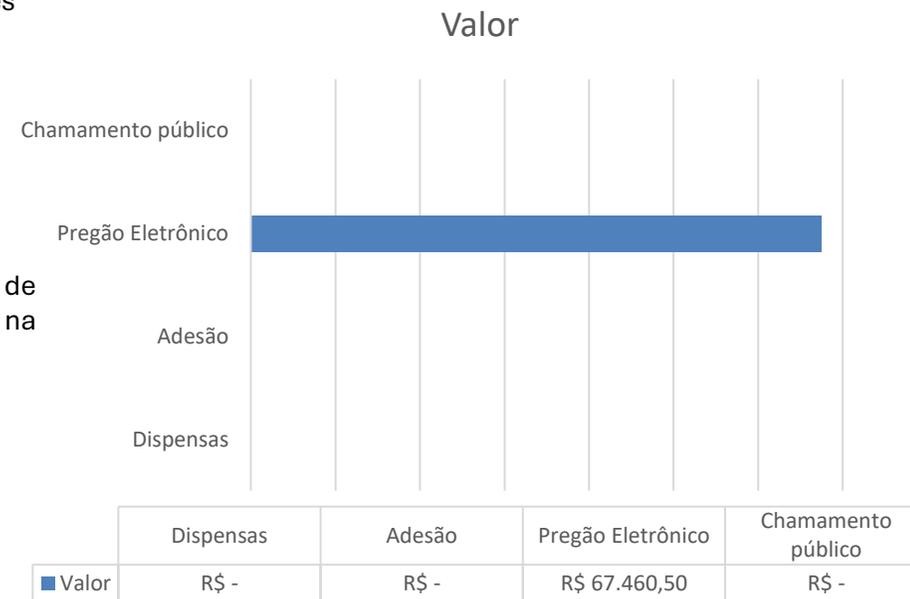
Seguem os quantitativos das seguintes contratualizações realizadas pelo CAU/BA:

- Dispensas: 0
- Pregão Eletrônico: 1
- Ata de Adesão: 0
- Chamamento Público: 0

O pregão eletrônico foi realizado para contratação de empresa especializada em serviços gráficos, resultando na contratação de cinco empresas, totalizando o valor de R\$ 67.460,50.

Renovações de Contrato	Valor
Serviços Terceirizados	R\$ 253.404,12
Auxílio Alimentação e Refeição	R\$ 164.513,170
Contabilidade	R\$ 81.041,04
Correios	R\$ 43.766,10

Principais contratos



ANEXOS, APÊNDICES E LINKS

Site CAU/BA

[Planejamento](#)

[Orçamento](#)

[Recursos Humanos](#)

[Licitações](#)

[Dispensa de Licitações](#)

[Chamadas Públicas](#)

[Convênios e Parcerias](#)

[Auditorias](#)

[Regimento Interno](#)

Site CAU/BR

[Resoluções](#)

Outros Links

[Lei 12.378/2010 - Criação do CAU](#)

[Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso a Informação](#)

Informações Contábeis – 1º Tri 2024 – CAUBA

1. Execução Orçamentária			
Execução do Orçamento da Receita e Despesa e Resultado Orçamentário			
Tipo	Correntes	Capital	TOTAL
Receita Orçada	6.277.291,01	5.440.000,00	11.717.291,01
Receita Arrecadada	2.173.099,81	-	2.173.099,81
Percentual Arrecadado	34,62%	0,00%	18,55%
Despesa Orçada	6.236.291,01	5.440.000,00	11.676.291,01
Despesa Liquidada	1.060.713,65	-	1.060.713,65
Percentual Realizado	17,01%	0,00%	9,08%
Reserva de Contingência	41.000,00		
Superávit Orçamentário	1.112.386,16		
Superávit Primário	1.112.386,16		

2. Resultado Financeiro

Saldo Disponível	15.905.039,26
(-) Passivo Circulante	393.570,93
(-) Restos a pagar Não Processado	686.419,42
(=) Superávit Financeiro	14.825.048,91

O saldo disponível que passou para abril de 2024 foi de R\$ 15.905.039,26 que está demonstrado no Balanço Patrimonial de março de 2024.

Após análise do Balanço Patrimonial de março de 2024, verificou-se que o CAUBA apurou um Superávit Financeiro no valor de R\$ 14.825.048,91.

3. Resultado Patrimonial

VPA	2.965.847,32
VPD	1.169.086,99
(=) Superávit Patrimonial	1.796.760,33

O CAUBA apresentou em março de 2024 um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 1.796.760,33, conforme demonstrado.

4. Comparativo Receita (arrecadada) Corrente

2023	2.098.142,54
2024	2.173.099,81
Variação R\$	74.957,27
Variação %	3,57%

5. Comparativo Despesa (realizada) Corrente

2023	789.364,85
2024	1.060.713,65
Variação R\$	271.348,80
Variação %	34,38%

6. Gastos de Pessoal e Encargos Sociais em relação à Receita Arrecadada

Receita Arrecadada	7.105.940,12
Despesa de Pessoal	1.937.062,24
% gasto s/ Receita Arrecadada	27,26%

O gasto de pessoal e encargos sociais sobre a receita arrecadada nos últimos 12 (doze) meses foi de 27,26%.

Para este cálculo, são considerados os valores do mês de referência da análise (março/2024) somando-se aos 11 meses imediatamente anteriores, conforme utilizado no Art. 18, § 2º, da Lei Complementar Nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000. Ademais, desconsidera-se as despesas com benefícios a pessoal.

O presente relatório foi produzido após a análise dos demonstrativos contábeis por meio dos sistemas Auditoria.Net, SISCONT.Net e SISPAT.Net. Dessa forma, os documentos que geraram as informações contábeis não foram objeto de análise. Portanto, este relatório não exige a necessidade da avaliação da auditoria externa e da Auditoria Interna do CAU/BR sobre os documentos pertinentes, conforme disposto da Resolução Nº 200, de 15 de dezembro de 2020.

Brasília, 21 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **ALCIRAN COELHO DE SOUSA JUNIOR**
Data: 21/05/2024 14:58:16-0300
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

ALCIRAN COELHO DE SOUSA JUNIOR
CONTADOR (EM SUBSTITUIÇÃO - PORTARIA GERENCIAL CAU/BR Nº 186, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023)
NÚCLEO DE CONTABILIDADE
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO CAUBR - GERFIN

Informações Contábeis – 2º Tri 2024 – CAUBA

1. Execução Orçamentária			
Execução do Orçamento da Receita e Despesa e Resultado Orçamentário			
Tipo	Correntes	Capital	TOTAL
Receita Orçada	6.277.291,01	5.440.000,00	11.717.291,01
Receita Arrecadada	4.116.432,49	-	4.116.432,49
Percentual Arrecadado	65,58%	0,00%	35,13%
Despesa Orçada	6.236.291,01	5.440.000,00	11.676.291,01
Despesa Liquidada	2.095.410,15	-	2.095.410,15
Percentual Realizado	33,60%	0,00%	17,95%
Reserva de Contingência	41.000,00		
Superávit Orçamentário	2.021.022,34		
Superávit Primário	2.021.022,34		

2. Resultado Financeiro

Saldo Disponível	16.743.197,67
(-) Passivo Circulante	390.122,39
(-) Restos a pagar Não Processado	562,77
(=) Superávit Financeiro	16.352.512,51

O saldo disponível que passou para julho de 2024 foi de R\$ 16.743.197,67 que está demonstrado no Balanço Patrimonial de junho de 2024.

Após análise do Balanço Patrimonial de junho de 2024, verificou-se que o CAUBA apurou um Superávit Financeiro no valor de R\$ 16.352.512,51.

3. Resultado Patrimonial

VPA	4.001.533,30
VPD	2.291.315,85
(=) Superávit Patrimonial	1.710.217,45

O CAUBA apresentou em junho de 2024 um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 1.710.217,45, conforme demonstrado.

4. Comparativo Receita (arrecadada) Corrente

2023	3.812.952,92
2024	4.116.432,49
Varição R\$	303.479,57
Varição %	7,96%

5. Comparativo Despesa (liquidada) Corrente

2023	1.698.258,79
2024	2.095.410,15
Varição R\$	397.151,36
Varição %	23,39%

6. Gastos de Pessoal e Encargos Sociais em relação à Receita Arrecadada

Receita Arrecadada	7.334.462,42
Despesa de Pessoal	1.997.230,81
% gasto s/ Receita Arrecadada	27,23%

O gasto de pessoal e encargos sociais sobre a receita arrecadada nos últimos 12 (doze) meses foi de 27,23%.

Para este cálculo, são considerados os valores do mês de referência da análise (junho/2024) somando-se aos 11 meses imediatamente anteriores, conforme utilizado no Art. 18, § 2º, da Lei Complementar Nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000. Ademais, desconsidera-se as despesas com benefícios a pessoal.

O presente relatório foi produzido após a análise dos demonstrativos contábeis por meio dos sistemas Auditoria.Net, SISCONT.Net e SISPAT.Net. Dessa forma, os documentos que geraram as informações contábeis não foram objeto de análise. Portanto, este relatório não exime a necessidade da avaliação da auditoria externa e da Auditoria Interna do CAU/BR sobre os documentos pertinentes, conforme disposto da Resolução Nº 200, de 15 de dezembro de 2020.

Brasília, 19 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **ALCIRAN COELHO DE SOUSA JUNIOR**
Data: 19/07/2024 10:48:39-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

ALCIRAN COELHO DE SOUSA JUNIOR
CONTADOR (EM SUBSTITUIÇÃO - PORTARIA GERENCIAL CAU/BR Nº 49, DE 19 DE JUNHO DE 2024)
NÚCLEO DE CONTABILIDADE
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO CAUBR - GERFIN